

IJSN - Instituto Jones dos Santos Neves

2017

MUNIC 2016

Análise da Gestão Municipal na Área do Esporte no Espírito Santo

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO – SEP
INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES – IJSN

CADERNO DE PESQUISA

MUNIC 2016

Análise da Gestão Municipal na Área do Esporte no Espírito Santo

Vitória I 2017

Instituto Jones dos Santos Neves
MUNIC 2016. Análise da gestão municipal na área do esporte do Espírito Santo. Vitória, ES, 2017.

52p.: il. Tab. (Caderno de pesquisa)
ISBN 978-85-8370-046-3

1.Municípios-ES. 2.Esporte.3.Gestão Municipal. 4.Espírito Santo(Estado). I.Miranda, Cynthia Lopes Pessoa de. II. Nogarolli, Nathália Bonadiman. III. Vieira, Gelso de Souza. IV.Título. V.Série.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e de inteira responsabilidade do(s) autor(es), não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto Jones dos Santos Neves ou da Secretaria de Estado de Economia e Planejamento do Governo do Estado do Espírito Santo.

MUNIC 2016

Caderno de Pesquisa

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Paulo César Hartung Gomes

VICE-GOVERNADOR
César Roberto Colnago

SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO
Regis Mattos Teixeira

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES

DIRETOR-PRESIDENTE
Gabriela Lacerda

DIRETORIA DE ESTUDOS E PESQUISAS
Ana Carolina Giuberti

DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
Andréa Figueiredo Nascimento

COORDENAÇÃO DE ESTUDOS TERRITORIAIS
Pablo Lira

ELABORAÇÃO
Cynthia Lopes Pessoa de Miranda
Nathalia Nogarolli Bonadiman (mapas)
Gelso de Souza Vieira (Estagiário)

REVISÃO
Ana Carolina Giuberti
Pablo Lira

EDITORAÇÃO
Assessoria de Relacionamento Institucional

Diagramação
Maria de Fátima Pessotti de Oliveira

Bibliotecária
Andreza Ferreira Tovar

Apresentação

Este Caderno apresenta alguns resultados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais/2016, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, buscando trazer um panorama da gestão municipal no Espírito Santo na área do Esporte. A pesquisa, também conhecida como *Munic*, realiza anualmente um levantamento sobre a estrutura, a dinâmica e o funcionamento das instituições públicas municipais, bem como das diferentes políticas e setores que envolvem o governo municipal e a municipalidade (IBGE, 2017).



Sumário

Introdução 09

01 Órgão Gestor 13

02 Recursos Humanos 21

03 Legislação e Instrumentos de Gestão e Participação 27

04 Convênios e Parcerias 37

05 Ações, Projetos e Programas 39

06 Instalações Esportivas 47

Considerações Finais 53

Lista de Mapas

Mapa 01 - Municípios com Órgão Gestor para a Política de Esporte - 2016 (%) 17

Mapa 02 - Municípios com Secretaria Municipal exclusiva para a Política de Esporte - 2016 (%) 18

Mapa 03 - Municípios sem estrutura de Órgão Gestor para a Política de Esporte - 2016 (%) 19

Mapa 04 - Pessoal ocupado na área do esporte por vínculo empregatício: efetivos - 2016 (%) 24

Mapa 05 - Pessoal ocupado na área do esporte por vínculo empregatício: comissionados - 2016 (%) 25

Mapa 06 - Pessoal ocupado na área do esporte por vínculo empregatício: sem vínculo permanente - 2016 (%) 26

Mapa 07 - Municípios com existência de Lei Orgânica que trate do esporte e outro instrumento legal voltado para a área de Esporte - 2016 (%) 29

Mapa 08 - Municípios com Conselho Municipal de Esporte - 2016 (%) 32

Mapa 09 - Municípios com Fundo Municipal de Esporte - 2016 (%) 34

Mapa 10 - Municípios com Ações, Projetos e Programas na área do Esporte Escolar, executados pela Prefeitura nos últimos 24 meses - 2016 (%) 42

Mapa 11 - Municípios com Ações, Projetos e Programas na área do Esporte de Rendimento executados pela Prefeitura nos últimos 24 meses - 2016 (%) 43

Mapa 12 - Municípios com Ações, Projetos e Programas na área do Esporte de Lazer, executados pela Prefeitura nos últimos 24 meses - 2016 (%) 44

Mapa 13 - Municípios com instalações esportivas municipais - 2016 (%) 49

Mapa 14 - Municípios com escolas da Rede Pública Municipal com campo de futebol, ginásio, piscina ou pista de atletismo - 2016 (%) 51

Lista de Gráficos

Gráfico 01 - Municípios com Órgão Gestor para a Política de Esporte (%), Espírito Santo - 2016 14

Gráfico 02 - Caracterização do Órgão Gestor para a Política de Esporte dos municípios (%), Espírito Santo - 2016 14

Gráfico 03 - Municípios com Secretaria Municipal em conjunto com outras políticas - políticas associadas (%), Espírito Santo - 2016 15

Gráfico 04 - Municípios com setor subordinado a outra secretaria - políticas associadas (%), Espírito Santo - 2016 15

Gráfico 05 - Pessoal ocupado na área do esporte por vínculo empregatício (%), Espírito Santo - 2016 22

Gráfico 06 - Municípios com existência de Lei Orgânica que trate do esporte e outro instrumento legal voltado para a área de esporte(%), Espírito Santo - 2016 28

Gráfico 07 - Municípios com existência de Lei Orgânica que trate do esporte e outro instrumento legal voltado para a área de esporte, por objeto regulamentado (%), Espírito Santo - 2016 28
Gráfico 08 - Municípios com Conselho Municipal de Esporte (%), Espírito Santo - 2016 30
Gráfico 09 - Representação do Conselho Municipal de Esporte (%), Espírito Santo - 2016 30
Gráfico 10 - Caráter do Conselho Municipal de Esporte (nº absolutos de municípios), Espírito Santo - 2016 31
Gráfico 11 - Municípios com Fundo Municipal de Esporte (%), Espírito Santo - 2016 33
Gráfico 12 - Órgão responsável pela gestão do Fundo Municipal de Esporte (%), Espírito Santo - 2016 33
Gráfico 13 - Municípios com Sistema Municipal de Esporte (%), Espírito Santo - 2016 35
Gráfico 14 - Organismos que integram o Sistema (nº absolutos de municípios), Espírito Santo - 2016 35
Gráfico 15 - Municípios com existência de legislação municipal específica que trate dos convênios e parcerias na área do esporte (%), Espírito Santo - 2016 38
Gráfico 16 - Municípios com convênios e/ou parcerias formais ou informais, realizados nos últimos 24 meses, com vistas a desenvolver ações, projetos e programas na área do esporte (%), Espírito Santo - 2016 38
Gráfico 17 - Municípios com Ações, Projetos e Programas na área do Esporte Escolar, executados pela Prefeitura nos últimos 24 meses (%), Espírito Santo - 2016 40
Gráfico 18 - Municípios com Ações, Projetos e Programas na área do Esporte de Rendimento, executados pela Prefeitura nos últimos 24 meses (%), Espírito Santo - 2016 40
Gráfico 19 - Municípios com Ações, Projetos e Programas na área do Esporte de Lazer, executados pela Prefeitura nos últimos 24 meses (%), Espírito Santo - 2016 41
Gráfico 20 - Ações, Projetos e Programas executados na área do Esporte de Lazer (nº absolutos de municípios), Espírito Santo - 2016 41
Gráfico 21 - Municípios com execução de projetos e programas permanentes de inclusão social através do esporte, nos últimos 24 meses (%), Espírito Santo - 2016 45
Gráfico 22 - Municípios com instalações esportivas municipais (%), Espírito Santo - 2016 48
Gráfico 23 - Tipos de instalações esportivas municipais (nº absolutos de municípios), Espírito Santo - 2016 48
Gráfico 24 - Municípios com escolas da Rede Pública Municipal com campo de futebol, ginásio, piscina ou pista de atletismo (%), Espírito Santo - 2016 50
Gráfico 25 - Tipos de instalações em escolas da Rede Pública Municipal (nº absolutos de municípios), Espírito Santo - 2016 50

Introdução

A presente publicação tem como objetivo analisar a gestão municipal no Estado do Espírito Santo na área do Esporte, a partir da sistematização das informações disponibilizadas pela Pesquisa de Informações Básicas Municipais, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, para o ano de 2016. Esta pesquisa, também conhecida como Munic, tem abrangência nacional e realiza, anualmente, um levantamento sobre a estrutura, a dinâmica e o funcionamento das instituições públicas municipais, em especial das Prefeituras, bem como das diferentes políticas e setores que envolvem o governo municipal e a municipalidade (IBGE, 2017)[1].

Segundo o IBGE,

> Como fruto do esforço permanente de atualização da pesquisa, inclusive com relação ao amplo escopo dos temas por ela tratados, desde sua primeira edição em 1999, os dados estatísticos e cadastrais que ora compõem sua base de informações constituem um conjunto relevante de indicadores de avaliação e monitoramento do quadro institucional e administrativo das cidades brasileiras (IBGE, 2017).

A Pesquisa de Informações Básicas Municipais – Munic, assim como a Pesquisa de Informações Básicas Estaduais – Estadic, tem por objeto de interesse a gestão pública, tanto no que se refere à organização dos governos municipais e estaduais, respectivamente, quanto no que diz respeito ao quadro funcional, à estrutura e às políticas setoriais adotadas nas diferentes áreas temáticas investigadas (IBGE, 2017).

Abrangendo todas as Unidades da Federação e 5.570 municipalidades brasileiras, a Munic 2016 traz informações sobre diferentes aspectos da área do Esporte nos municípios, a saber: gestão da política da área (órgão gestor e recursos humanos); legislação, instrumentos de gestão e participação; convênios e parcerias, ações, projetos e programas; eventos esportivos; e instalação esportivas.

[1] Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/protecao-social/10586-pesquisa-de-informacoes-basicas-municipais.html. Acesso em: 27 de novembro de 2017.

> Em conjunto, essas estatísticas oferecem um amplo panorama sobre o planejamento, a definição, a estrutura e a implementação das políticas públicas de esporte no País, possibilitando identificar, também, as carências ainda existentes nas Unidades da Federação e nos municípios brasileiros relativamente a uma questão tão cara ao exercício da cidadania esportiva e de lazer (IBGE, 2017).

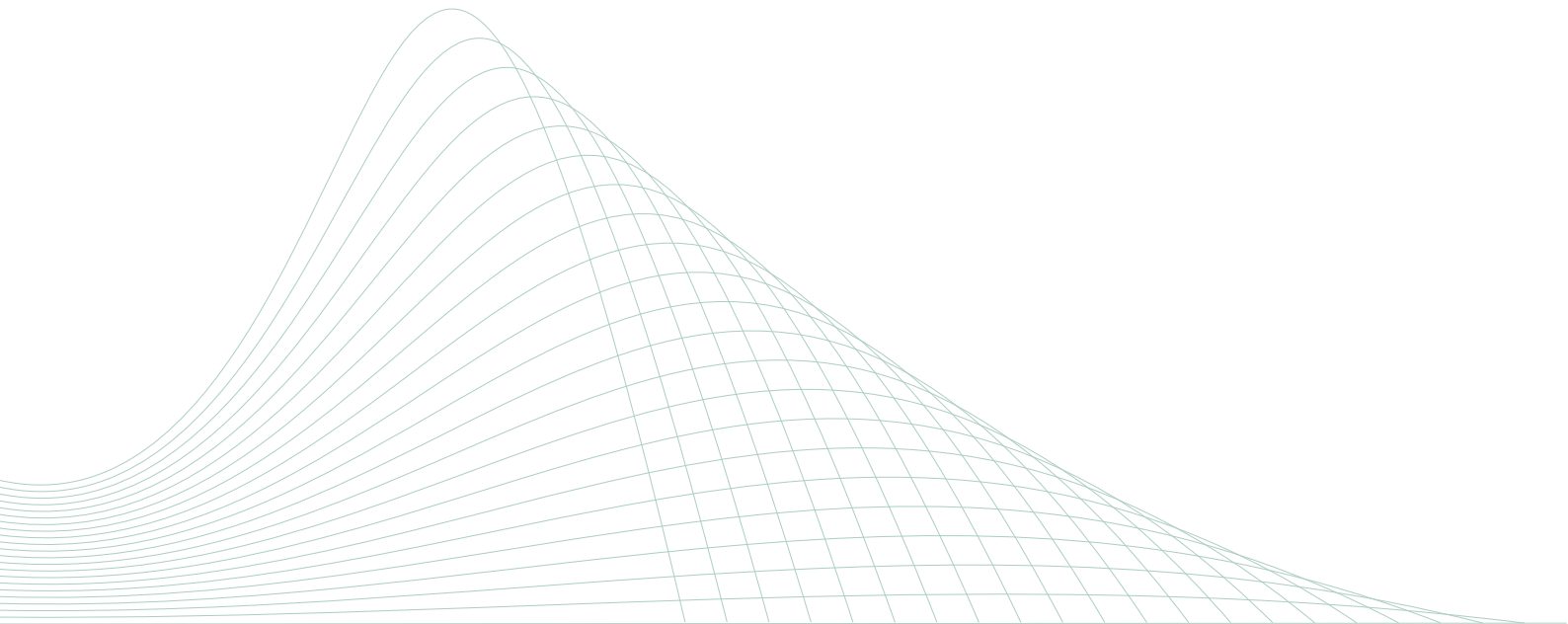
Cabe registrar que a Munic 2016, além de trazer o Esporte como tema único, disponibilizou os dados agregados por estado, não possibilitando o detalhamento dos dados por município, o que inviabilizou o desenvolvimento do mesmo tipo de análise comparativa entre municípios do Espírito Santo realizada nas edições anteriores do Caderno.

A inserção de um capítulo específico de Política Urbana na Constituição de 1988 representou um marco na política urbana brasileira. Com a inclusão dos artigos 182 e 183, se reconheceu a importância de garantir o pleno desenvolvimento da função social da cidade e a responsabilidade municipal na condução da política de desenvolvimento urbano local. Apesar dos avanços e do crescente aparato regulatório, no Brasil há um nítido descolamento entre planejamento, gestão municipal e aplicabilidade dos instrumentos jurídicos-urbanísticos, resultando em padrões de desenvolvimento urbano em desacordo com os princípios constitucionais. No Espírito Santo o panorama não é diferente do restante do país. Por outro lado, também é preciso considerar as diferentes capacidades dos governos municipais de implementar políticas públicas, dadas as desigualdades técnicas, financeiras e de gestão.

Considerando o contexto exposto acima, busca-se aqui analisar as informações disponibilizadas pela Munic 2016 quanto à gestão municipal do esporte no Estado do Espírito Santo, em seus diferentes aspectos, inclusive em relação a outros estados brasileiros. Dessa forma, busca-se fornecer subsídios que permitam traçar um panorama da dinâmica de institucionalização e execução de política pública no esporte pelo Poder Público Municipal, de modo a contribuir para a melhoria da gestão municipal esportiva no Estado.

Como já mencionado, a Pesquisa de Informações Básicas Municipais – Munic foi realizada pela primeira vez em 1999, como estratégia para suprir a crescente demanda por informações municipais, principalmente pós Constituição Federal de 1988, que trouxe como uma de suas principais marcas a maior descentralização administrativa, redefinindo o pacto federativo. Apesar de sua relevância para os estudos e pesquisas sobre a gestão municipal brasileira, principalmente em função da abrangência territorial e temática e da periodicidade, cabe alertar para a existência de algumas inconsistências que por vezes aparecem nos dados disponibilizados. Neste sentido, é importante destacar a metodologia de coleta de dados, que se dá por meio de questionários respondidos pela própria instituição pública municipal, que é a responsável pela fidedignidade dos registros da Munic.

Ao mesmo tempo que as inconsistências de dados lançam luz a eventuais falhas no preenchimento e/ou envio das informações ao IBGE por parte da instituição pública municipal, também evidenciam a necessidade de aprimoramento desses procedimentos, destacando a importância da adequada gestão municipal sobre esses processos que se desdobram na melhoria da transparência governamental.



Órgão Gestor

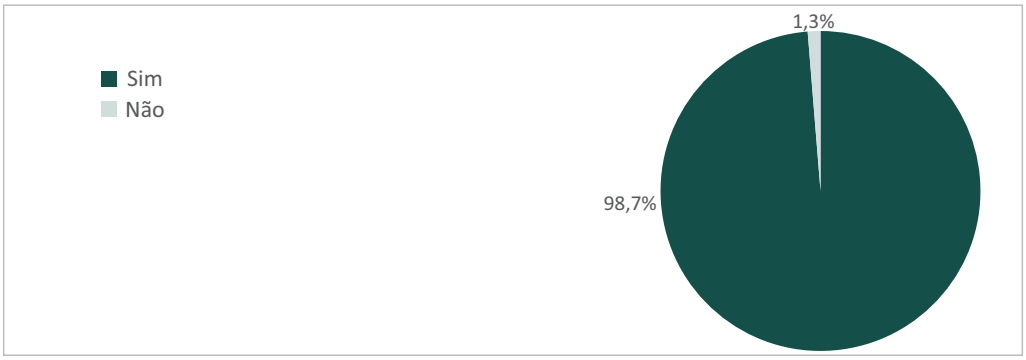
1

Esta seção tem como objetivo mostrar a situação dos municípios do Espírito Santo quanto à existência e caracterização de Órgão Gestor para a política do esporte. Cabe salientar que o Órgão Gestor, juntamente com outros instrumentos como Conselho, Fundo e Legislação/Planos e Programas, cujos resultados serão analisados mais à frente, compõem uma estrutura mínima necessária para desenvolver uma gestão plena em qualquer setorial de governo, visto que são instrumentos considerados básicos. Contudo, sabemos que a simples existência deste conjunto de instrumentos no município não garante uma gestão efetiva, democrática e participativa.



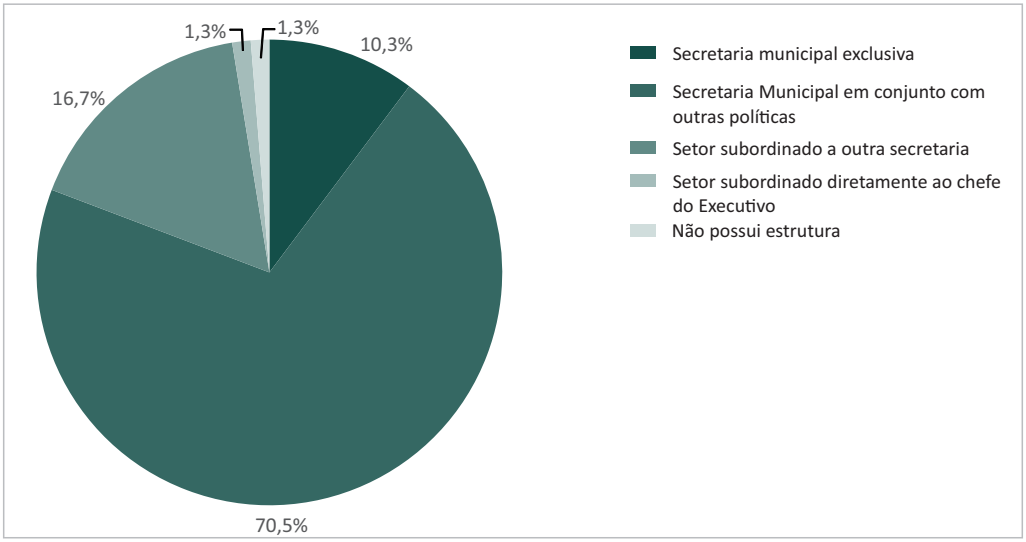
Segundo a pesquisa, apenas um município capixaba, o que corresponde a 1,3%, não dispõe de estrutura de órgão gestor para a política do esporte (Gráfico 1). Quanto aos demais, a maior parte (70,5%) dispõe de uma secretaria municipal em conjunto com outras políticas (Gráfico 2). Apenas 10,3% possui uma secretaria municipal exclusiva para gerir o esporte (Gráfico 2). Setor subordinado a outra secretaria e setor subordinado diretamente à chefia do Executivo representam 16,7% e 1,3%, respectivamente (Gráfico 2).

Gráfico 01
Municípios com Órgão Gestor para Política de Esporte (%), Espírito Santo - 2016



Fonte: Munic 2016, IBGE.
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

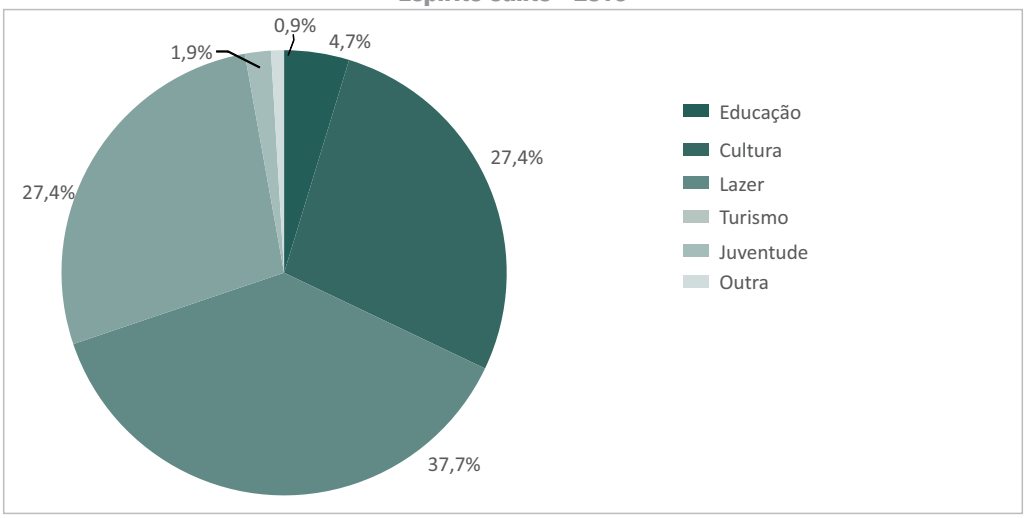
Gráfico 02
Caracterização do Órgão Gestor para a Política do Esporte dos municípios (%), Espírito Santo - 2016



Fonte: Munic 2016, IBGE.
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

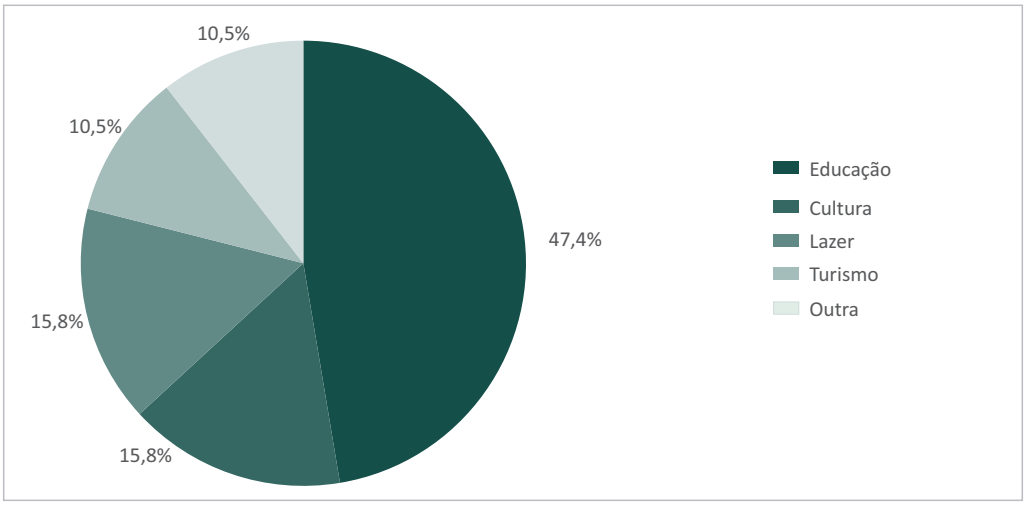
Especificamente no tocante aos municípios com secretaria municipal em conjunto com outras políticas, a política de esporte está predominantemente associada à política de lazer (37,7%), seguida das políticas de turismo e cultura, ambas correspondendo a 27,4% dos casos (Gráfico 3). Por outro lado, considerando apenas os municípios com um setor de esporte subordinado a outra secretaria, destaque para as secretarias de educação (47,4%), lazer e cultura, ambas representando 15,8% dos casos (Gráfico 4).

Gráfico 03
Municípios com Secretaria Municipal em conjunto com outras políticas - políticas associadas (%), Espírito Santo - 2016



Fonte: Munic 2016, IBGE.
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

Gráfico 04
Municípios com setor subordinado a outra Secretaria - políticas associadas (%), Espírito Santo - 2016

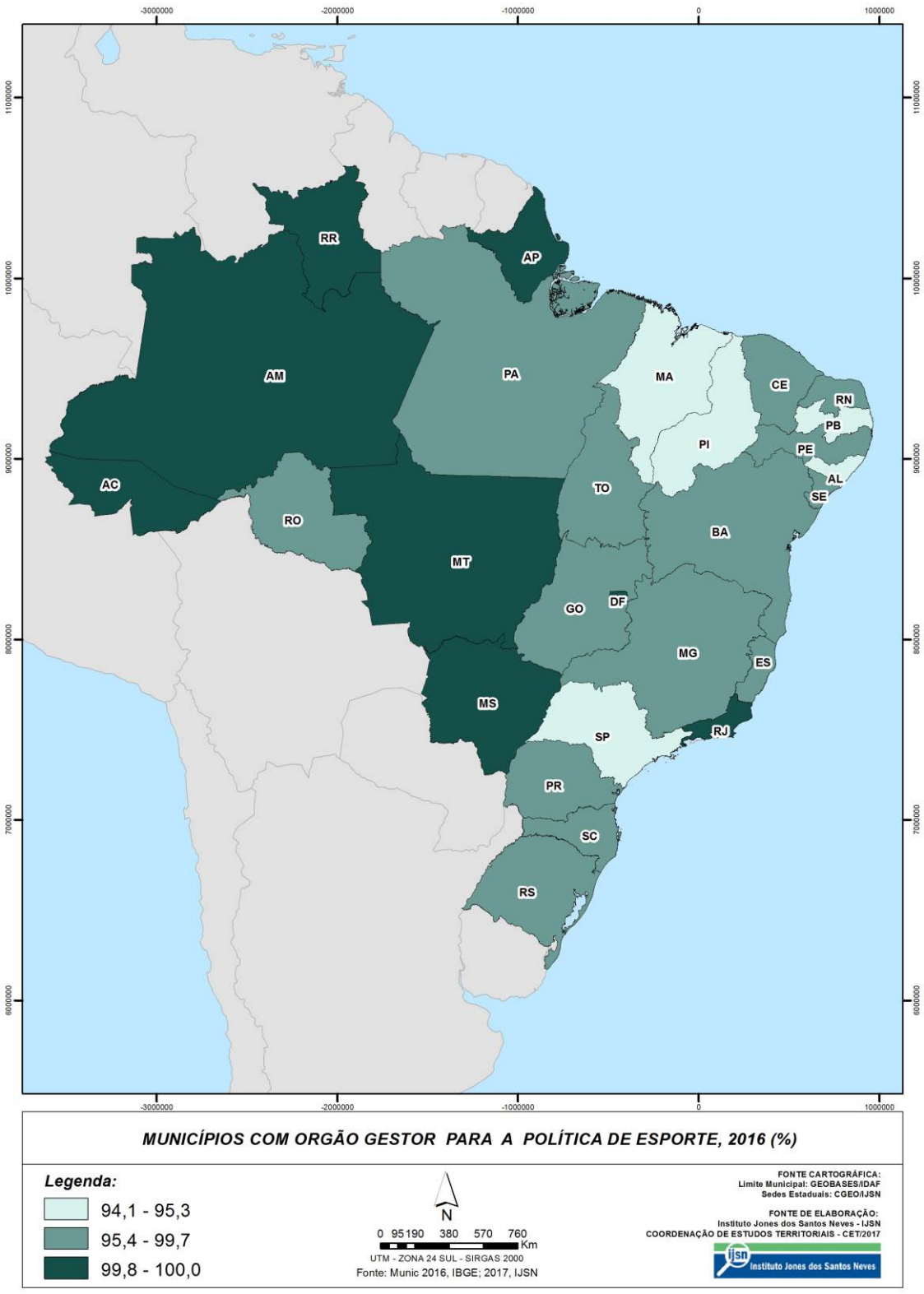


Fonte: Munic 2016, IBGE.
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

Analisando comparativamente o estado do Espírito Santo em relação ao restante do Brasil, observa-se no mapa a seguir que o mesmo se encontra em situação intermediária, assim como a maioria dos estados brasileiros, apresentando percentuais na faixa de 95,4% a 99,7% de municípios com órgão gestor para a política do esporte, o que pode ser considerado bastante satisfatório tendo em vista o contexto geral de altos percentuais encontrados para todas as Unidades da Federação (Mapa 1). Apenas sete estados apresentam uma situação mais favorável, com percentuais variando entre 99,8% e 100,0%. Outros cinco estados apresentam percentuais de municípios com órgão gestor para a política do esporte variando entre 94,1% e 95,3%.

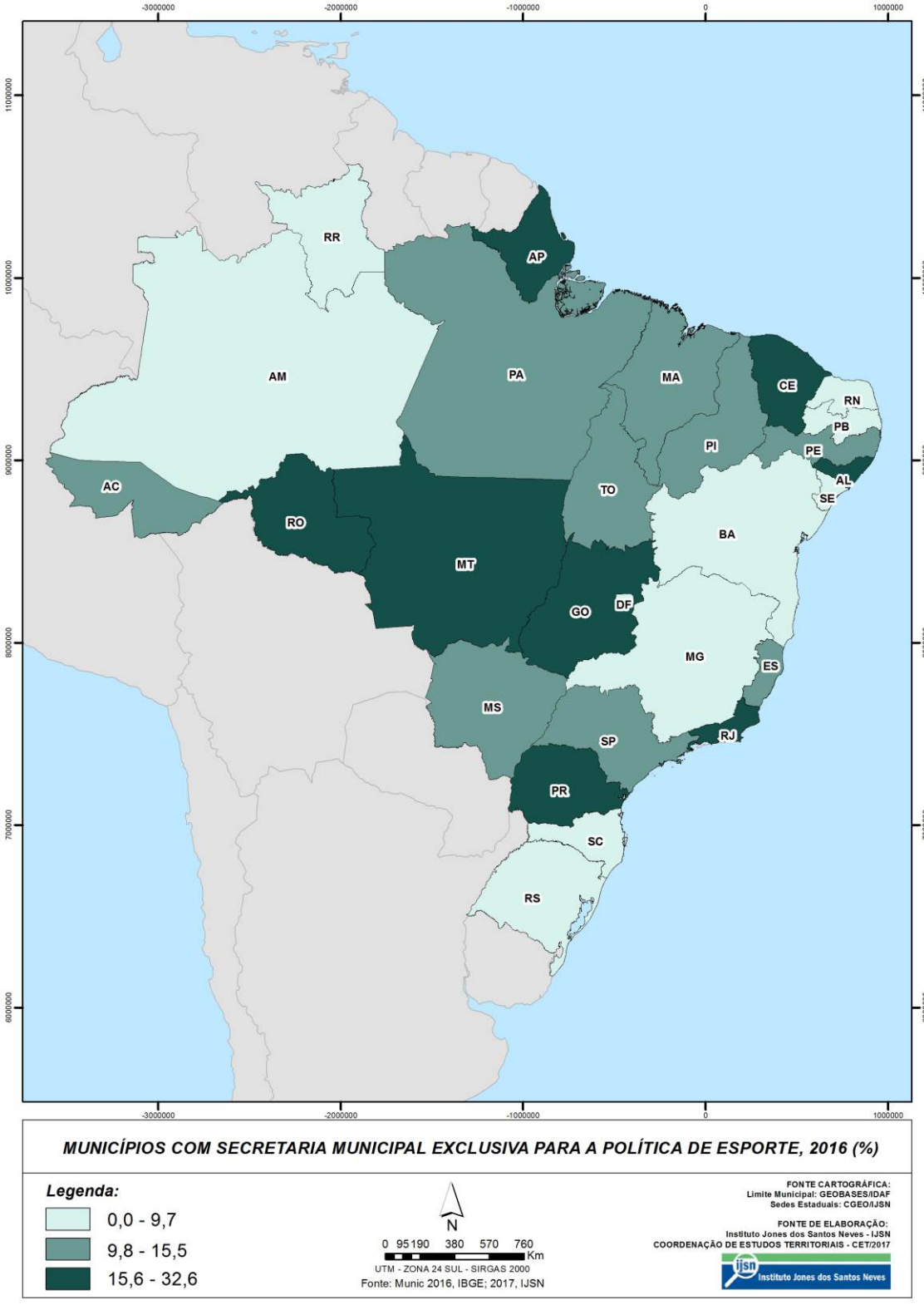
Considerando apenas municípios com secretaria municipal exclusiva para a política de esporte, os percentuais caem drasticamente em todos os estados, no entanto, o Espírito Santo permanece em uma situação intermediária, com percentuais na faixa de 9,8% a 15,5% (Mapa 2). No que se refere a municípios sem estrutura de órgão gestor, os percentuais em geral são muito baixos entre os estados brasileiros, sendo que sete deles não possuem municípios nesta condição (Mapa 3).

Mapa 01
Municípios com Órgão Gestor para a Política de Esporte - 2016 (%)

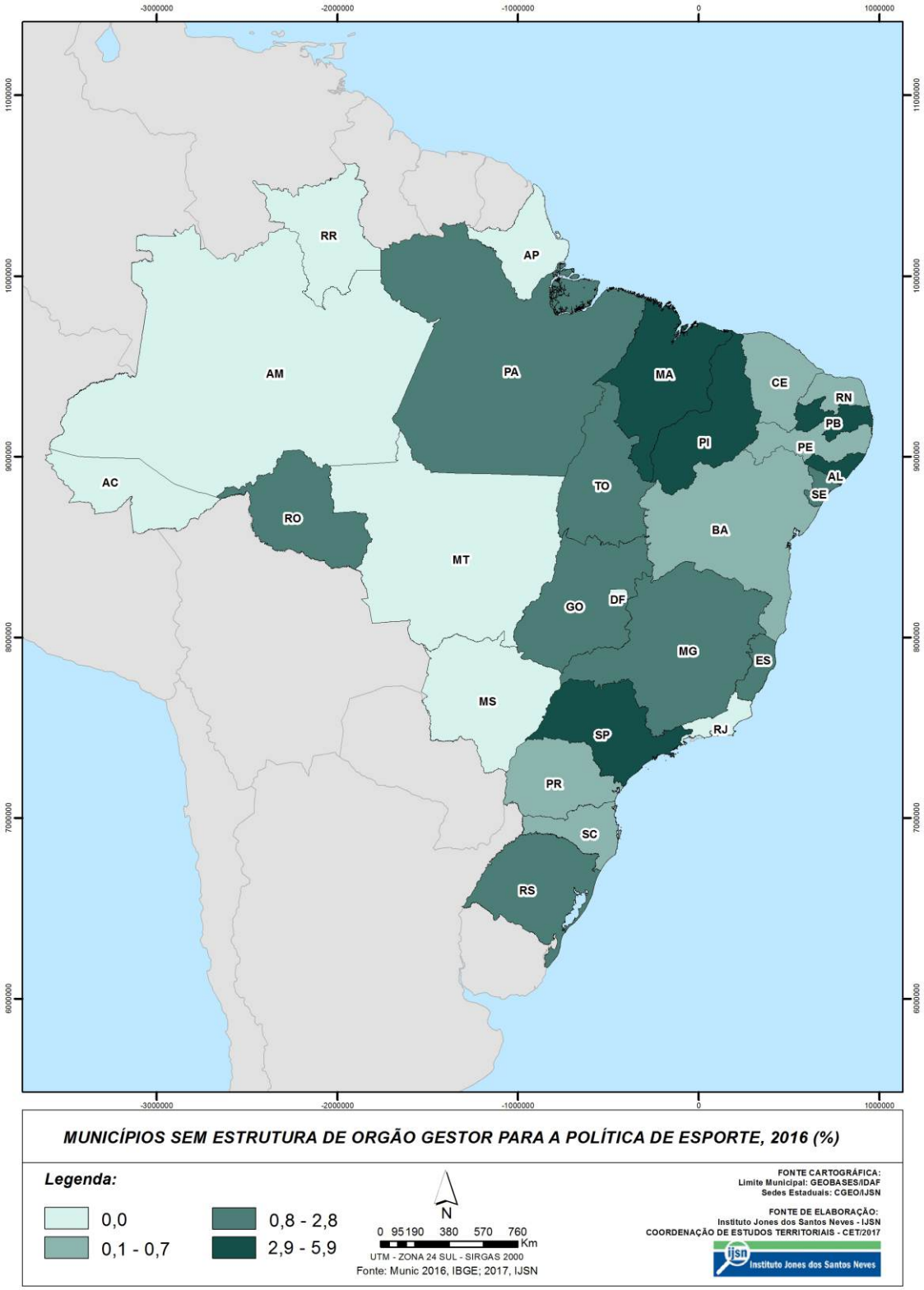


Mapa 02

Municípios com Secretaria Municipal exclusiva para a Política de Esporte - 2016 (%)



Mapa 03
Municípios sem estrutura de Órgão Gestor para a Política de Esporte - 2016 (%)



Recursos Humanos

2

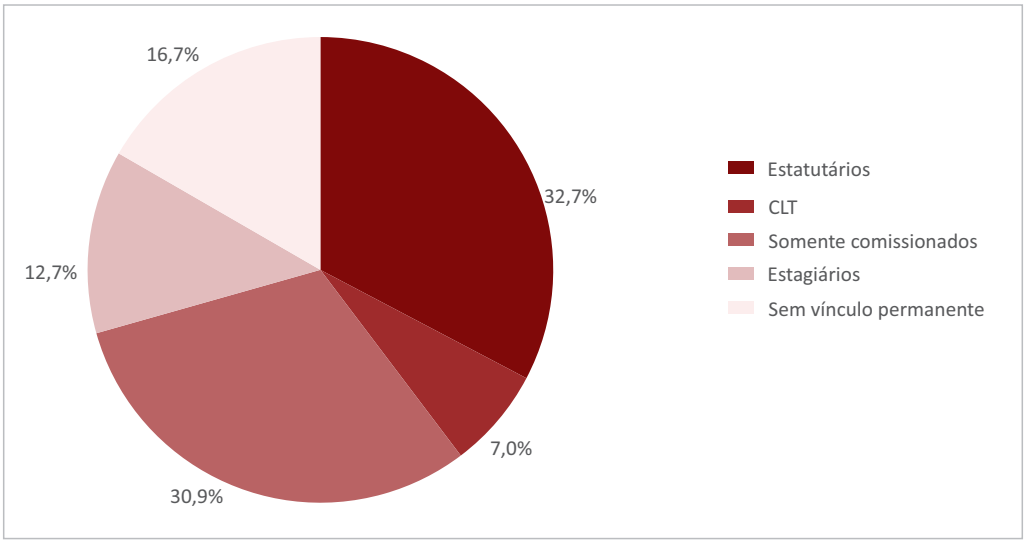
Nesta seção são apresentados os resultados da pesquisa quanto à composição do quadro de pessoal ocupado na área do esporte nos municípios do Espírito Santo, por tipo de vínculo, a partir de uma análise comparativa em relação aos outros estados brasileiros. O foco da análise é a participação dos efetivos (os servidores estatutários, em especial, e os servidores do regime CLT) em contraposição à participação dos comissionados e dos servidores sem vínculo empregatício na composição do quadro de pessoal ocupado na área do esporte nos municípios, partindo do pressuposto de que quanto maior o número de efetivos, mais positivo é para a administração pública, principalmente do ponto de vista da estabilidade e da continuidade da gestão municipal.

A gestão de recursos humanos na administração pública tem sido um desafio para os municípios brasileiros. O tipo de vínculo, bem como a escolaridade do quadro de pessoal, são alguns dos parâmetros que podem ser considerados para medir a capacidade de gestão dos municípios, visto que estão diretamente relacionados com as competências técnicas, humanas e gerenciais necessárias para se alcançar eficiência, eficácia e efetividade na administração pública.



Observa-se no gráfico a seguir que os estatutários (32,7%) e os comissionados (30,9%) predominam na composição do quadro de pessoal[2] ocupado na área do esporte nos municípios do Espírito Santo (Gráfico 4). Os servidores sem vínculo permanente e sob o regime da CLT representam 16,7% e 7,0%, respectivamente (Gráfico 4).

Gráfico 05
Pessoal ocupado na área do esporte por vínculo empregatício (%), Espírito Santo - 2016



Fonte: Munic 2016, IBGE.
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

Nos três mapas a seguir, é possível analisar comparativamente a situação do Espírito Santo em relação aos demais estados quanto ao pessoal ocupado na área do esporte nos municípios por tipo de vínculo, respectivamente efetivos (neste caso considera-se a soma estatutários + servidores em regime CLT), comissionados e sem vínculo permanente. Para cada tipo de vínculo, a lógica dos mapas é a mesma: quanto mais escura a cor dos municípios maior é a participação de determinado tipo de vínculo no quadro de pessoal ocupado na área do esporte.

No Mapa 4, observa-se que o percentual de efetivos ocupados na área do esporte nos municípios do Espírito Santo está faixa de 37,3% a 47,2%, a segunda maior classe entre os estados brasileiros. Na maior classe, com percentuais entre 47,3% e 73,8% de efetivos, encontra-se o conjunto de municípios de quatro estados apenas, a saber: São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Mato Grosso. Por outro lado, na menor classe, com percentuais entre 10,9% e 18,4%, encontra-se o conjunto de municípios dos estados de Roraima, Maranhão e Pernambuco.

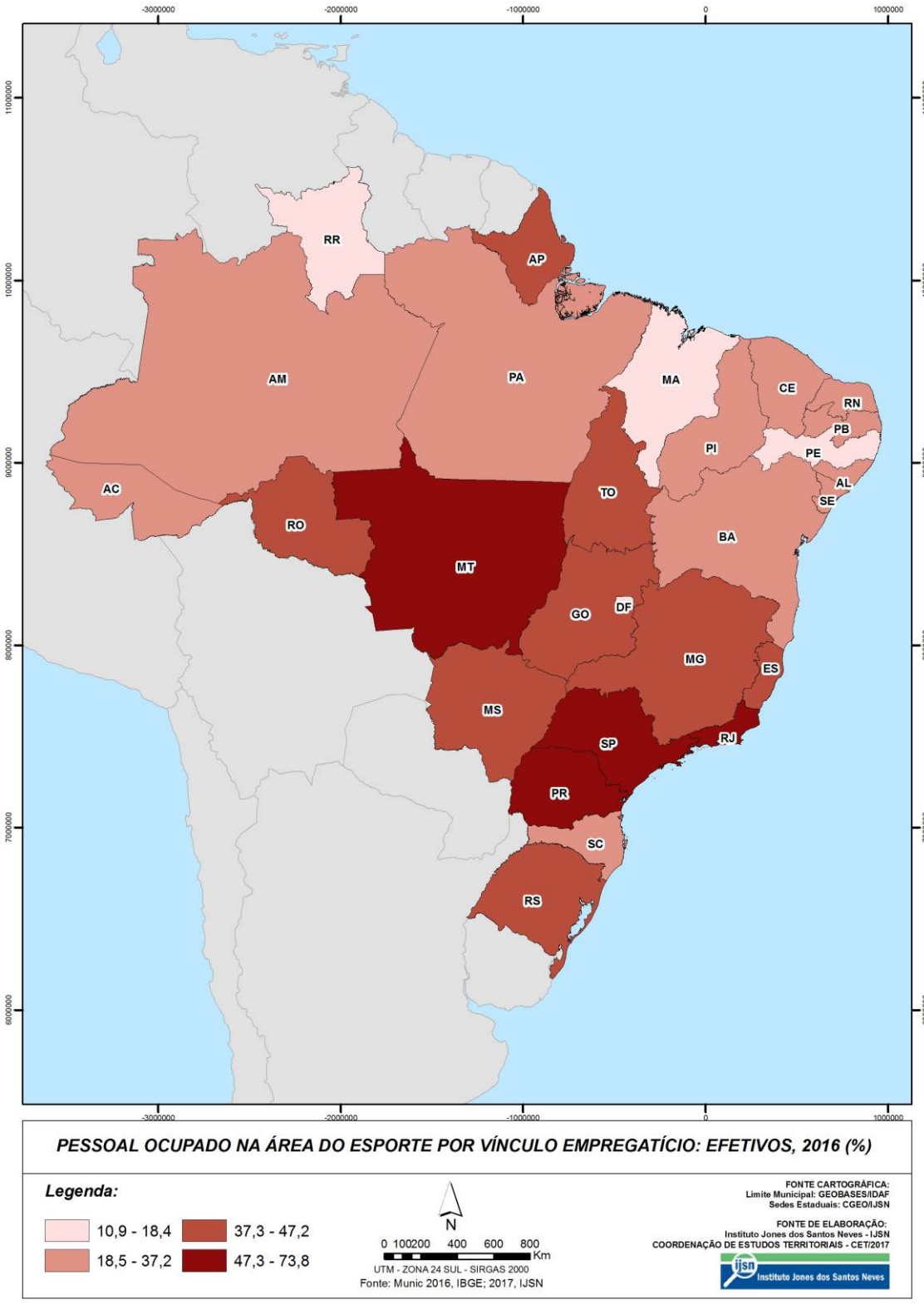
[2] Estatutário é o funcionário contratado sob o Regime Jurídico Único – RJU que rege a contratação no serviço público; funcionário regido pela CLT é o funcionário contratado pela prefeitura sob o regime da Consolidação das Leis Trabalhistas; sem vínculo permanente é o funcionário que trabalha por prestação de serviços, sem vínculo empregatício e sem carteira de trabalho assinada; comissionado é o funcionário que tem como vínculo apenas o cargo comissionado que exerce (Perfil dos Estados e dos Municípios Brasileiros, 2014, IBGE).

Considerando a participação de comissionados ocupados na área do esporte nos municípios, o Espírito Santo encontra-se na classe intermediária (entre 28,1% e 42,5%), juntamente com outros sete estados (Mapa 5). Nas classes de menor (12,5%-28,0%) e maior percentual (42,6%-74,3%) encontra-se o conjunto de municípios de onze e oito estados, respectivamente.

No que se refere à participação de servidores sem vínculo permanente ocupados na área do esporte nos municípios, o Espírito Santo encontra-se na segunda classe de menor percentual (9,4%-17,1%), juntamente com outros seis estados: São Paulo, Mato Grosso, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, Roraima e Amapá (Mapa 6). Na classe de menor percentual (0,0%-9,3%) estão os estados do Rio de Janeiro, Paraná, Goiás, Roraima e Sergipe, enquanto que na classe de maior percentual (29,9%-49,4%) estão os estados do Pará, Maranhão, Ceará, Alagoas, Mato Grosso do Sul e Pernambuco.

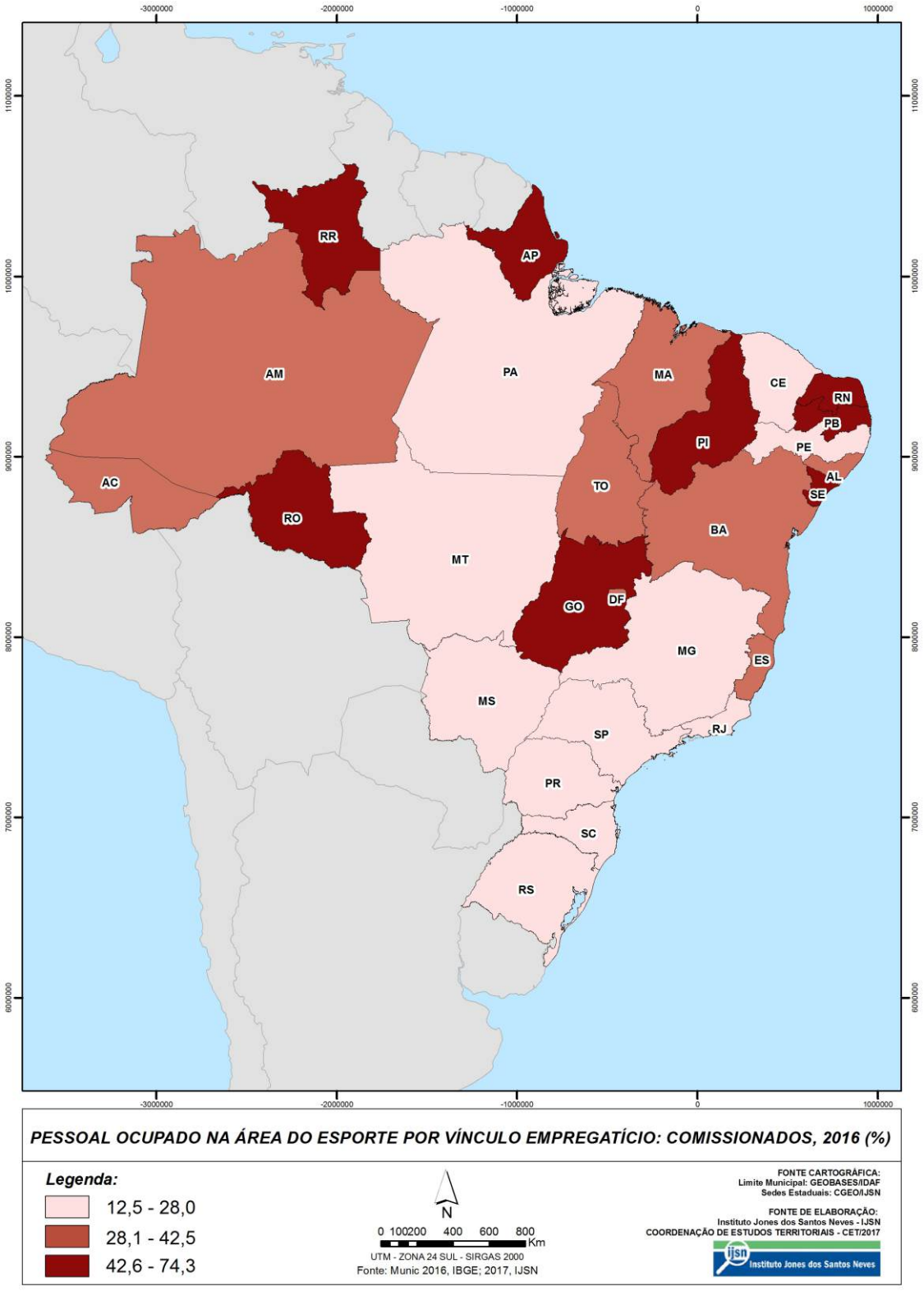
Mapa 04

Pessoal ocupado na área do esporte por vínculo empregatício: efetivos - 2016 (%)



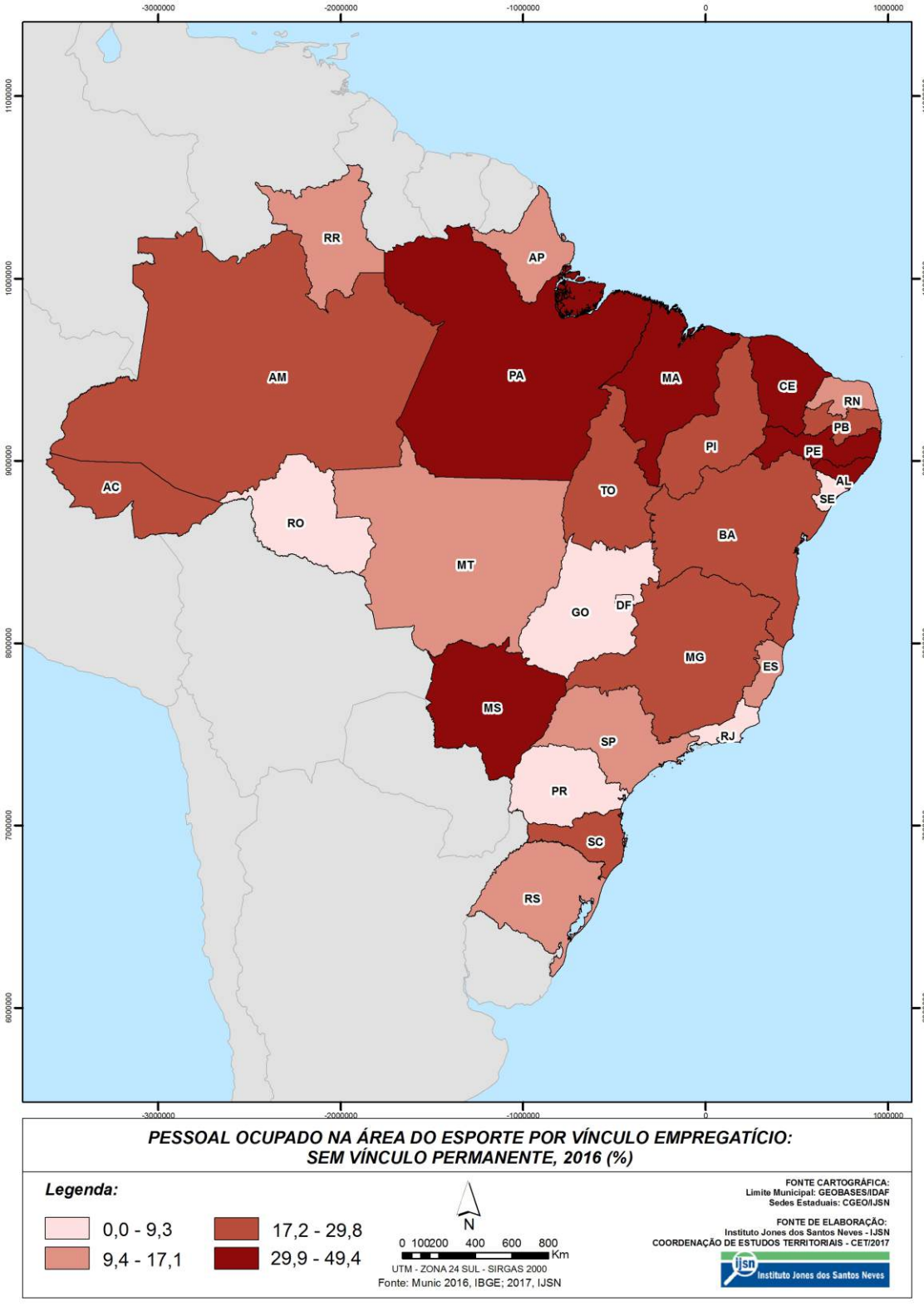
Mapa 05

Pessoal ocupado na área do esporte por vínculo empregatício: comissionados - 2016 (%)



Mapa 06

Pessoal ocupado na área do esporte por vínculo empregatício: sem vínculo permanente - 2016 (%)



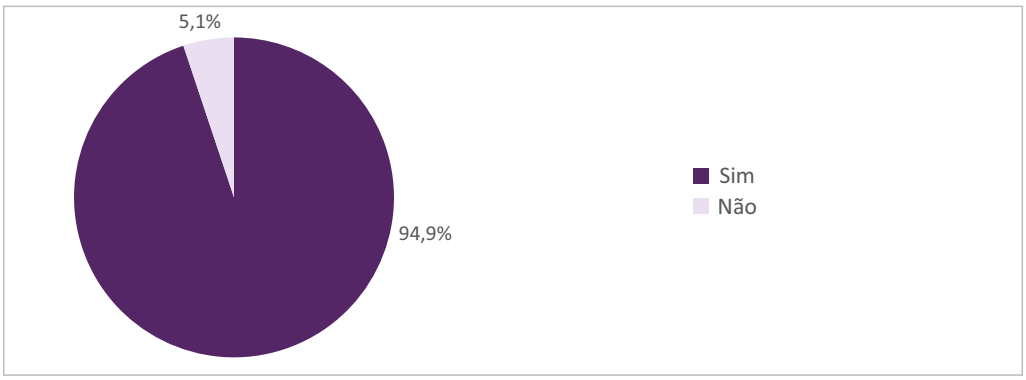
Legislação e Instrumentos de Gestão e Participação

3

Esta seção tem como objetivo mostrar a situação dos municípios do Espírito Santo quanto à existência de legislação e instrumentos de gestão e participação na área do esporte, a saber: Lei Orgânica que trate do esporte e outro instrumento legal voltado para área do esporte; Conselho Municipal de Esporte; e Fundo Municipal de Esporte. Como explicitado na seção que trata de órgão gestor, estes instrumentos são considerados básicos para uma gestão plena de quaisquer setoriais de governo e constituem o que podemos chamar de estrutura mínima. É analisada ainda a existência de Sistema Municipal de Esporte, que se constitui na estruturação do sistema esportivo através de legislação específica.

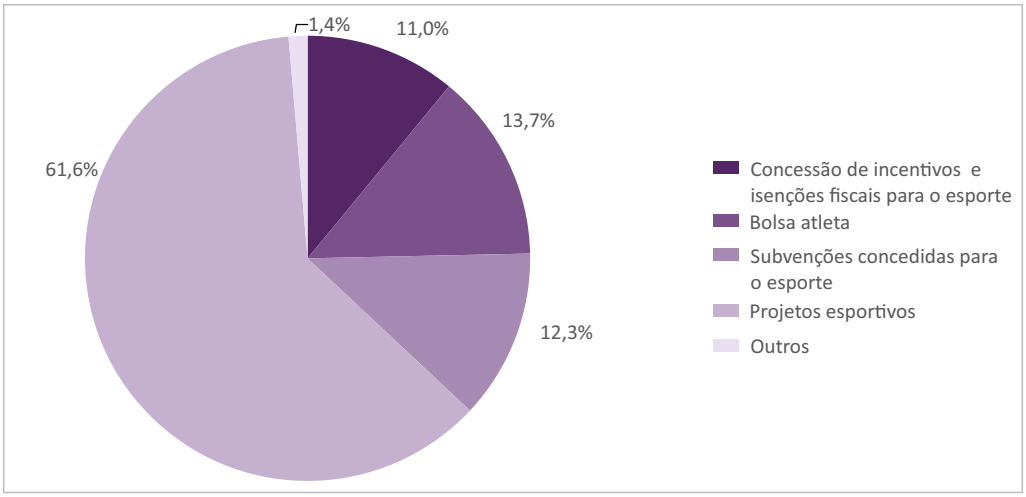
De acordo com a pesquisa, 94,9% dos municípios do estado dispõem de Lei Orgânica que trate do esporte e outro instrumento legal voltado para área de esporte (Gráfico 6), sendo a maior parte, 61,6%, relacionada a projetos esportivos (Gráfico 7). Bolsa atleta, subvenções concedidas para o esporte e concessão de incentivos e isenções fiscais para o esporte representam respectivamente 13,7%, 12,3% e 11,0%. Observa-se no Mapa 7 que o Espírito Santo está entre os estados brasileiros com maior percentual de municípios com Lei Orgânica que trate do esporte e outro instrumento legal voltado para área de esporte (classe de 89,8% a 100,0%).

Gráfico 06
Municípios com existência de Lei Orgânica que trate do esporte e outro instrumento legal voltado para a área de esporte (%), Espírito Santo - 2016



Fonte: Munic 2016, IBGE.
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

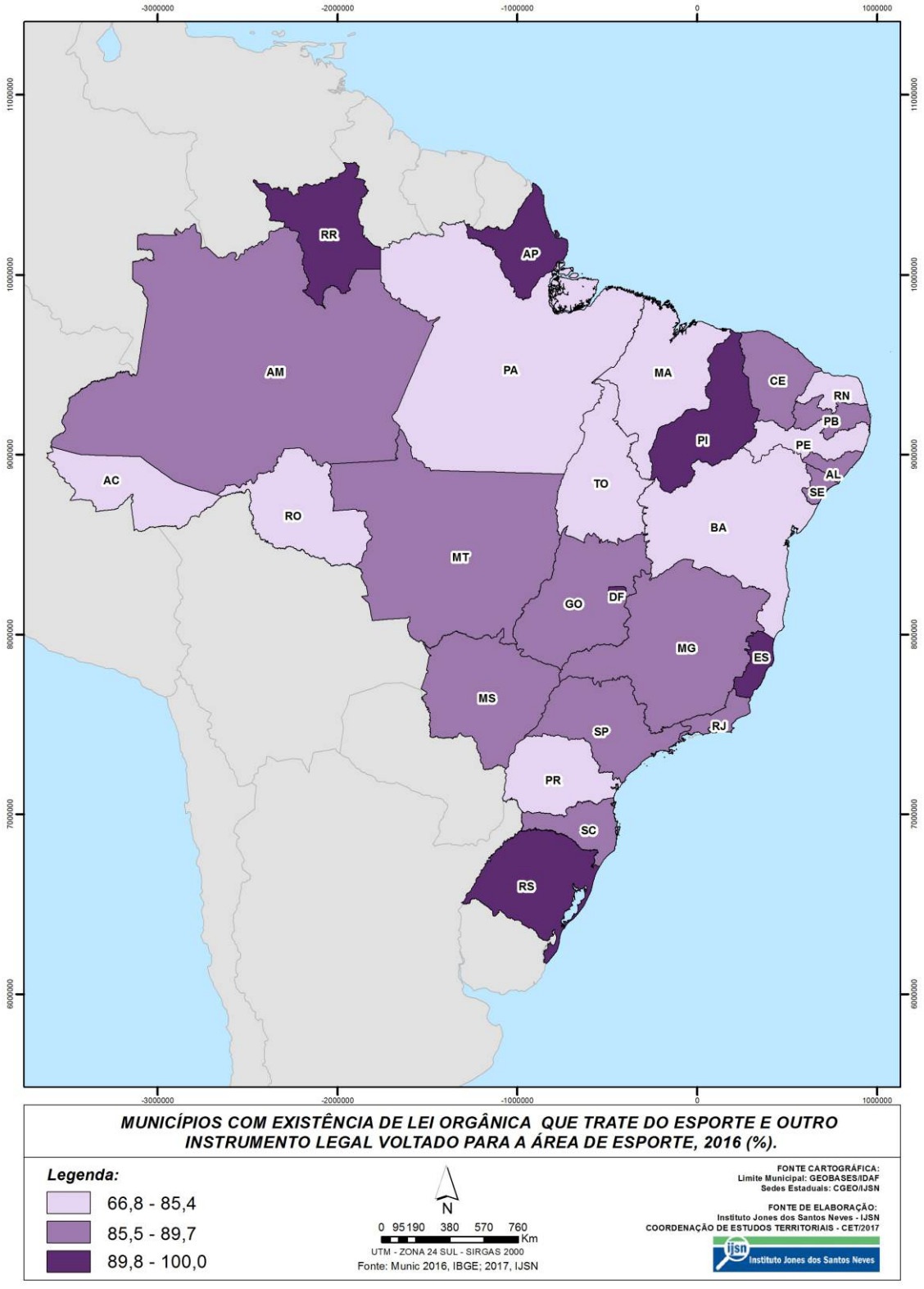
Gráfico 07
Municípios com existência de Lei Orgânica que trate do esporte e outro instrumento legal voltado para a área de esporte, por objeto regulamentado (%), Espírito Santo - 2016



Fonte: Munic 2016, IBGE.
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

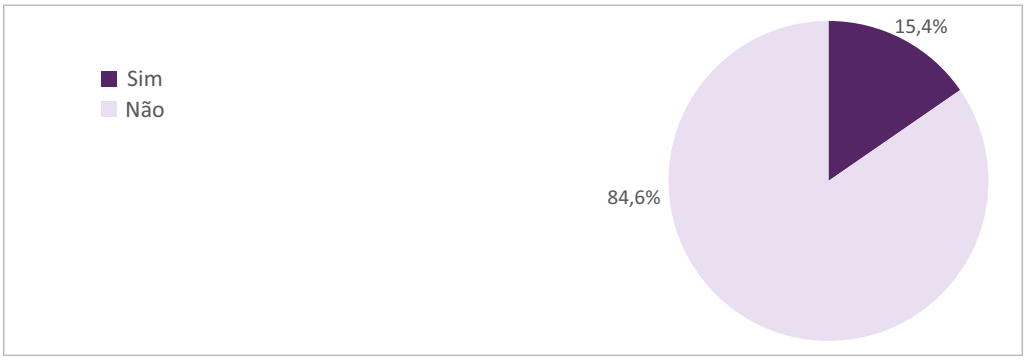
Mapa 07

Municípios com existência de Lei Orgânica que trate do esporte e outro instrumento legal voltado para a área do Esporte - 2016 (%)



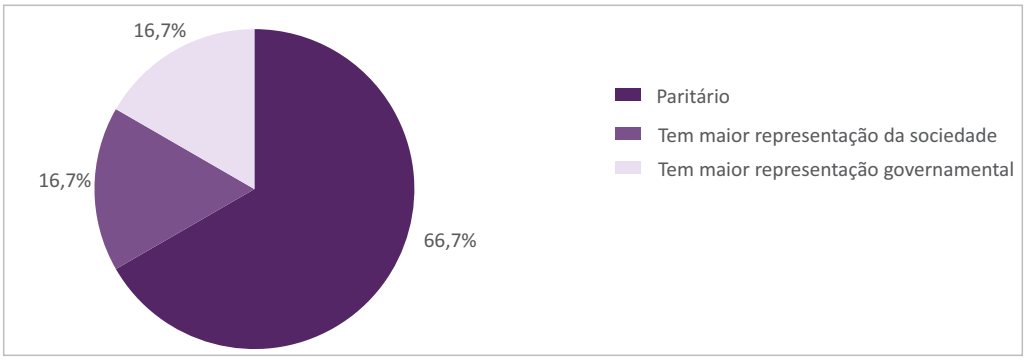
O percentual de municípios capixabas com Conselho Municipal de Esporte é de 15,4%, o que corresponde a doze municípios (Gráfico 8). A maioria dos Conselhos (66,7%) tem representação paritária (Gráfico 9). Quanto ao caráter dos Conselhos[3], oito são consultivos, seis deliberativos, cinco normativos e quatro fiscalizadores (Gráfico 10), considerando que alguns destes Conselhos apresentam mais de um caráter concomitantemente. No Mapa 8, observa-se que o Espírito Santo se encontra em uma situação intermediária entre os estados brasileiros, se inserindo na classe cujo percentual de municípios com Conselho Municipal de Esporte varia de 9,9% a 17,6%[4].

Gráfico 08
Municípios com Conselho Municipal do Esporte (%), Espírito Santo - 2016



Fonte: Munic 2016, IBGE.
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

Gráfico 09
Representação do Conselho Municipal de Esporte (%), Espírito Santo - 2016

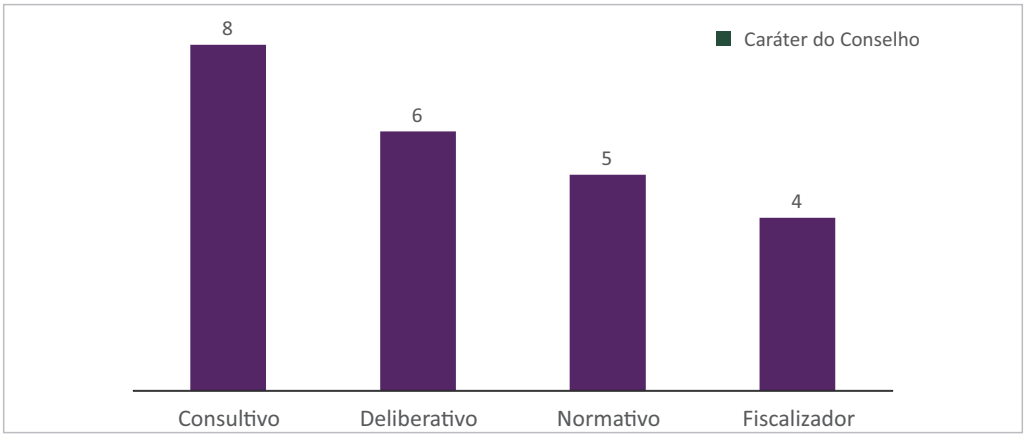


Fonte: Munic 2016, IBGE.
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

[3] Conselho consultivo é aquele em que seus integrantes têm o papel apenas de estudar e indicar ações ou políticas sobre sua área de atuação; conselho deliberativo é aquele que efetivamente tem poder de decidir sobre a implantação de políticas e/ou a administração de recursos relativos à sua área de atuação; conselho fiscalizador é aquele que fiscaliza a implementação e o funcionamento de políticas e/ou a administração de recursos relativos à sua área de atuação; conselho normativo é aquele que estabelece normas e diretrizes para as políticas e/ou a administração de recursos relativos à sua área de atuação (Perfil dos Estados e dos Municípios Brasileiros, 2014, IBGE).

[4] No mapa, a legenda "Não se aplica", na cor cinza, refere-se ao Distrito Federal.

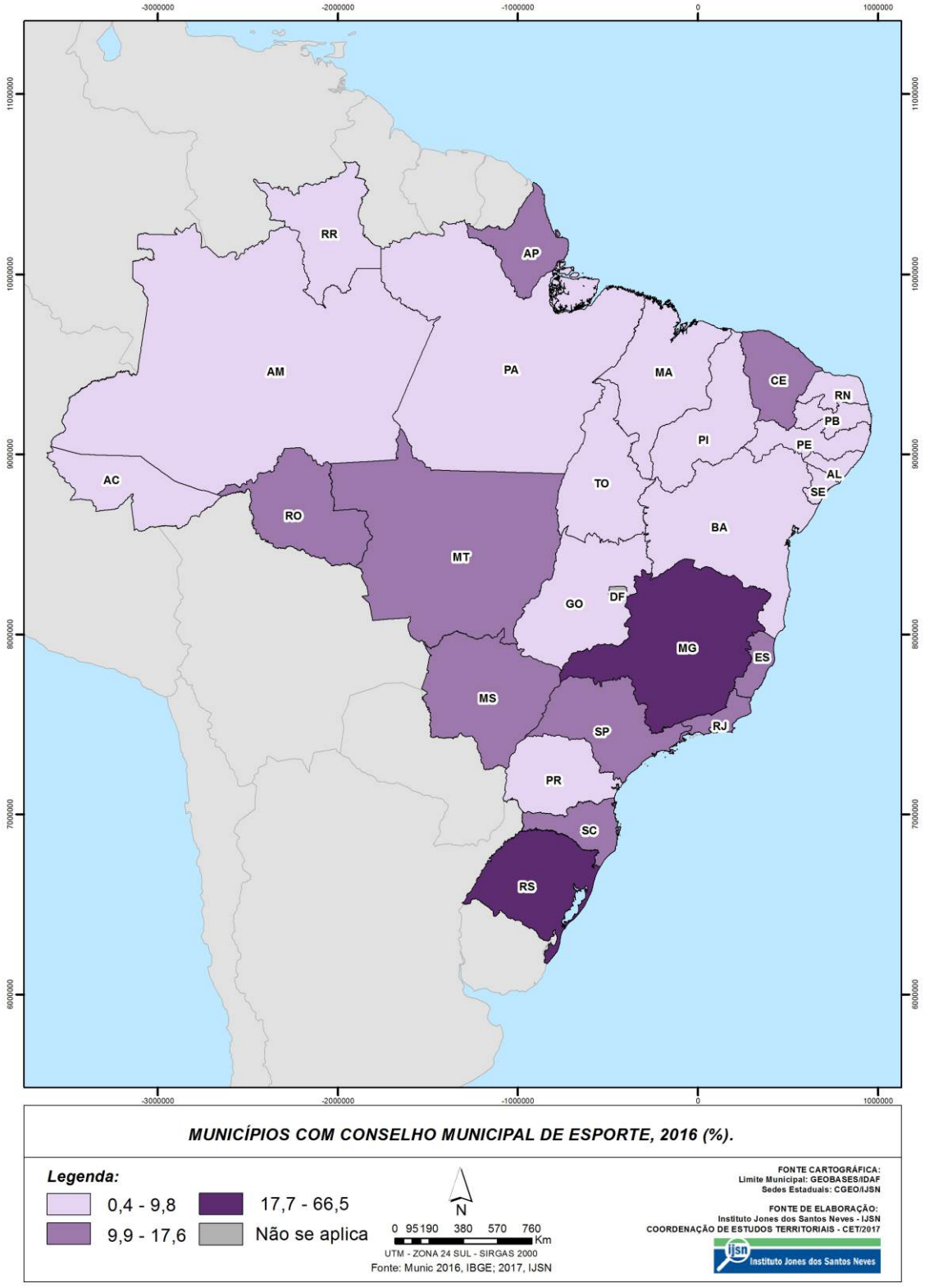
Gráfico 10
Caráter do Conselho Municipal de Esporte (nº absolutos de municípios), Espírito Santo - 2016



Fonte: Munic 2016, IBGE.
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

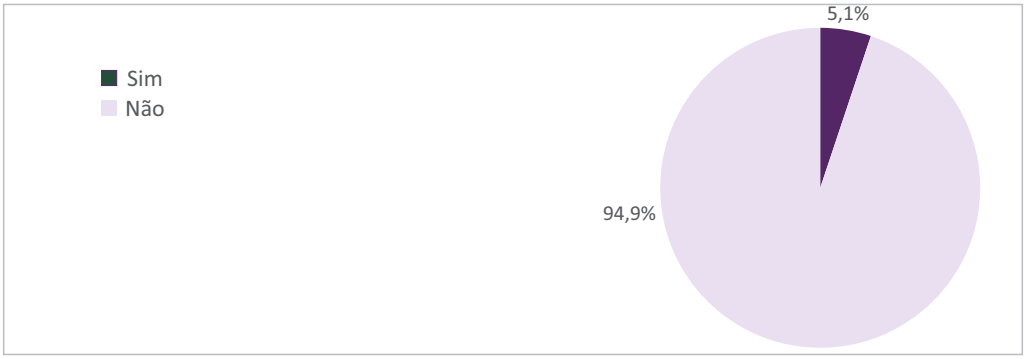
Mapa 08

Municípios com Conselho Municipal de Esporte - 2016 (%)



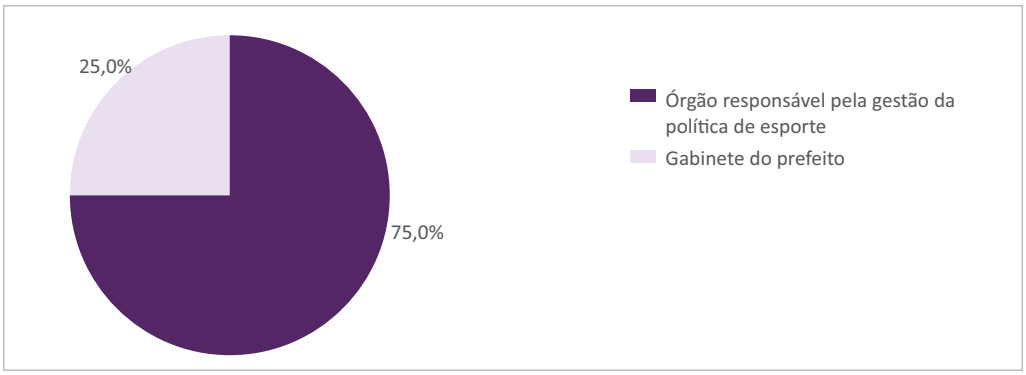
O percentual de municípios capixabas com Fundo Municipal[5] de Esporte é de apenas 5,1%, sendo que 75,0% dos fundos são geridos pelo órgão responsável pela gestão da política de esporte no município (Gráficos 11 e 12). No contexto nacional, o Espírito Santo também se encontra na classe intermediária (3,2%-9,5%), juntamente com outros 11 estados (Mapa 9)[6].

Gráfico 11
Municípios com Fundo Municipal de Esporte (%), Espírito Santo - 2016



Fonte: Munic 2016, IBGE.
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

Gráfico 12
Órgão responsável pela gestão do Fundo Municipal de Esporte (%), Espírito Santo - 2016

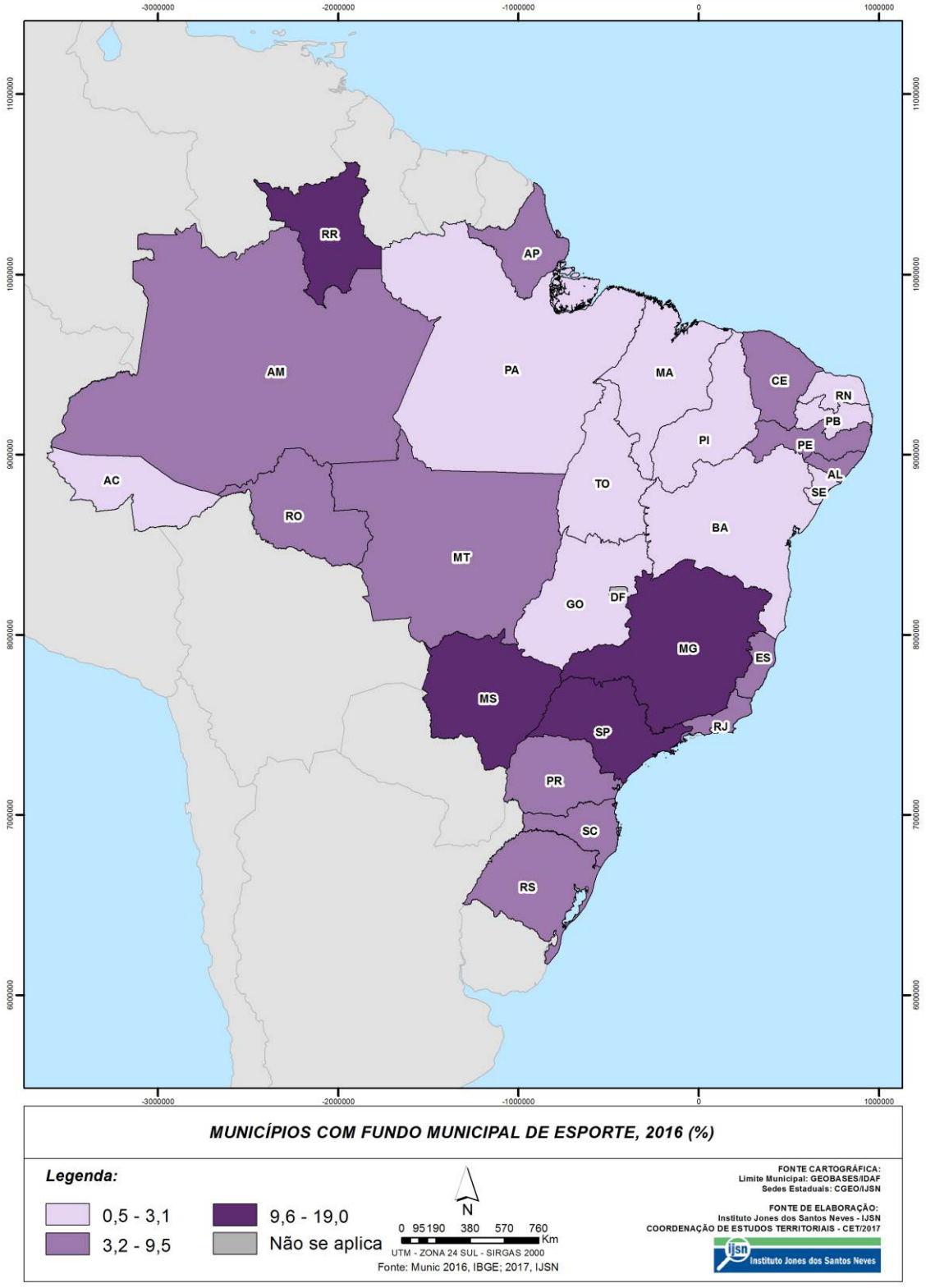


Fonte: Munic 2016, IBGE.
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

[5] Fundo Municipal: Fundo destinado ao gerenciamento dos recursos financeiros obtidos para conclusão de políticas setoriais estabelecidas por um conselho municipal (Perfil dos Estados e dos Municípios Brasileiros, 2014, IBGE).
[6] No mapa, a legenda "Não se aplica", na cor cinza, refere-se ao Distrito Federal.

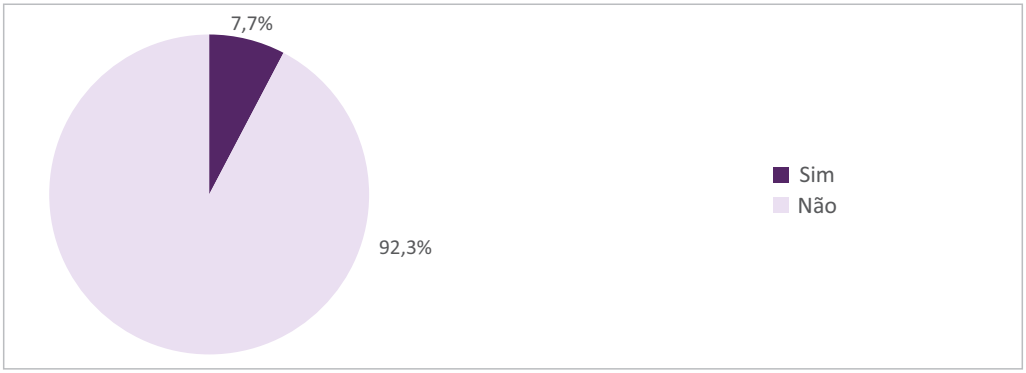
Mapa 09

Municípios com Fundo Municipal de Esporte - 2016 (%)



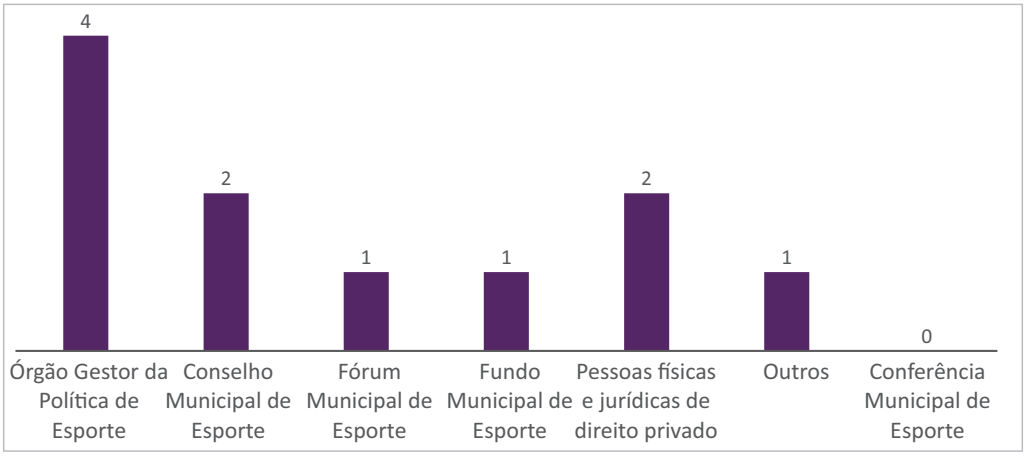
O percentual de municípios do Espírito Santo com Sistema Municipal de Esporte é de 7,7%, o que corresponde a seis municípios (Gráfico 13), sendo que o organismo mais frequente a integrar o Sistema nos municípios é o órgão gestor da política do esporte, presente em quatro Sistemas, seguido do Conselho Municipal de Esporte e de pessoas físicas e jurídicas de direito privado, ambos presentes em dois Sistemas (Gráfico 14). Conferência Municipal de Esporte é o único organismo inexistente em todos os Sistemas identificados.

Gráfico 13
Municípios com Sistema Municipal de Esporte (%), Espírito Santo - 2016



Fonte: Munic 2016, IBGE.
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

Gráfico 14
Organismos que integram o Sistema (nº absolutos de municípios), Espírito Santo - 2016



Fonte: Munic 2016, IBGE.
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

Convênios e Parcerias

4

Esta seção apresenta informações relacionadas a convênios e parcerias na área do esporte, especificamente quanto à existência de legislação municipal específica que trate do tema e de convênios e/ou parcerias formais ou informais realizadas nos últimos 24 meses, com vistas a desenvolver ações, projetos e programas na área do esporte. Os convênios e parcerias, juntamente com os consórcios, são instrumentos importantes que auxiliam os governos municipais na viabilização de algumas políticas públicas, principalmente em áreas mais carentes de recursos como o esporte, aumentando sua capacidade de realização.

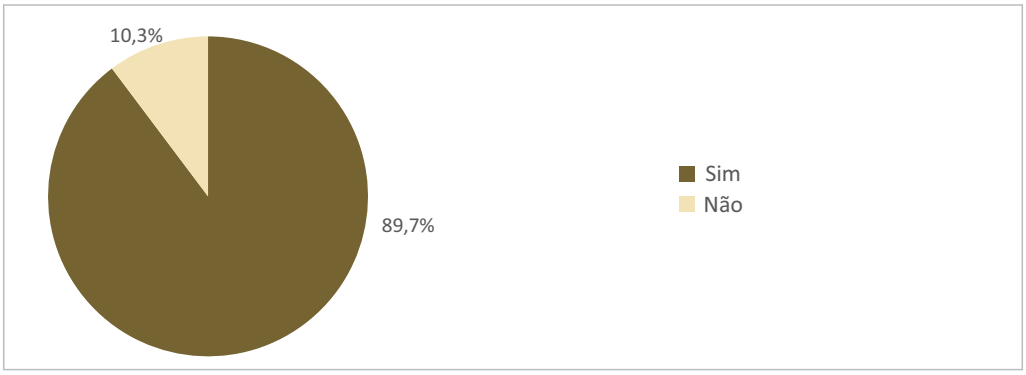
Municípios capixabas com existência de legislação específica que trate dos convênios e parcerias na área do esporte representam 14,1% (Gráfico 15). Por outro lado, 89,7% dos municípios do estado contam com convênios e/ou parcerias formais ou informais realizados nos últimos 24 meses, com vistas a desenvolver ações, projetos e programas na área do esporte (Gráfico 16).

Gráfico 15
Municípios com existência de legislação municipal específica que trate dos convênios e parcerias na área do esporte (%), Espírito Santo - 2016



Fonte: Munic 2016, IBGE.
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

Gráfico 16
Municípios com convênios e/ou parcerias formais ou informais realizados nos últimos 24 meses, com vistas a desenvolver ações, projetos e programas na área do esporte (%), Espírito Santo - 2016



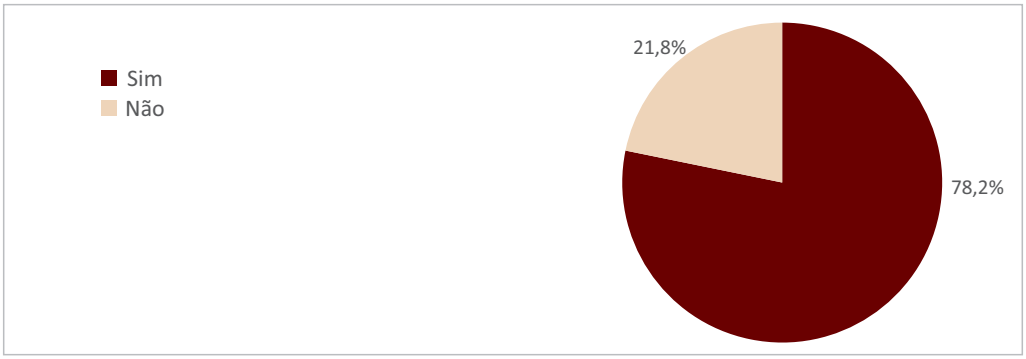
Fonte: Munic 2016, IBGE.
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

5 Ações, Projetos e Programas

Esta seção tem como objetivo mostrar a situação dos municípios do Espírito Santo quanto à execução de ações, projetos e programas pela prefeitura nos últimos 24 meses em três áreas específicas do esporte, a saber: Esporte Escolar; Esporte de Rendimento; e Esporte de lazer. Além disso, analisa dados relativos à execução de projetos e programas permanentes de inclusão social através do esporte, também nos últimos 24 meses.

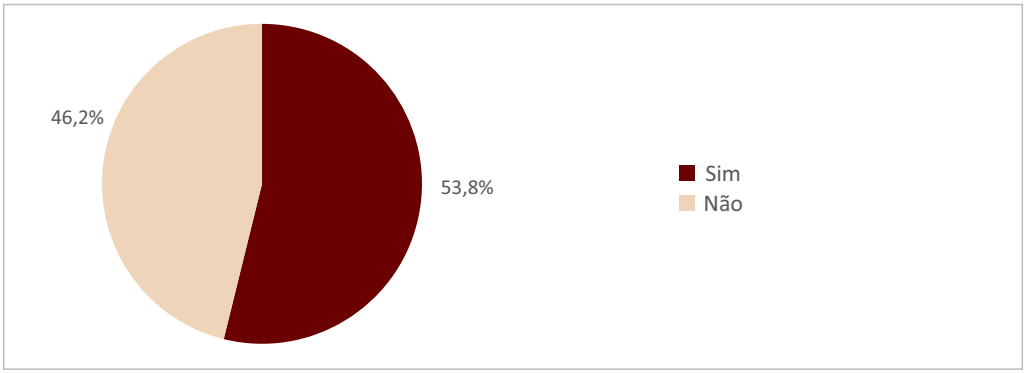
Municípios com ações, projetos e programas na área do esporte escolar, do esporte de rendimento e do esporte de lazer representam, respectivamente, 78,2%, 53,8% e 94,9% (Gráficos 17, 18 e 19). Especificamente com relação ao esporte de lazer, as ações, projetos e programas executados são voltados predominantemente para crianças e jovens e adultos, seguidos dos idosos, mulheres e comunidades carentes (Gráfico 20). Outras 35 ações, projetos ou programas são voltados para construção, ampliação e manutenção de instalações e equipamentos recreativos e de lazer. Apenas sete são voltados para comunidades e povos tradicionais.

Gráfico 17
Municípios com Ações, Projetos e Programas na área do Esporte Escolar, executados pela Prefeitura nos últimos 24 meses (%), Espírito Santo - 2016



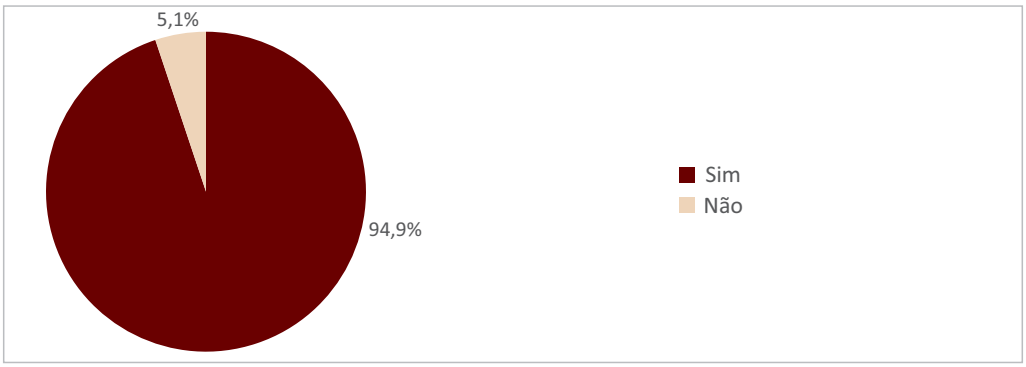
Fonte: Munic 2016, IBGE.
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

Gráfico 18
Municípios com Ações, Projetos e Programas na área do Esporte de Rendimento, executados pela Prefeitura nos últimos 24 meses (%), Espírito Santo - 2016



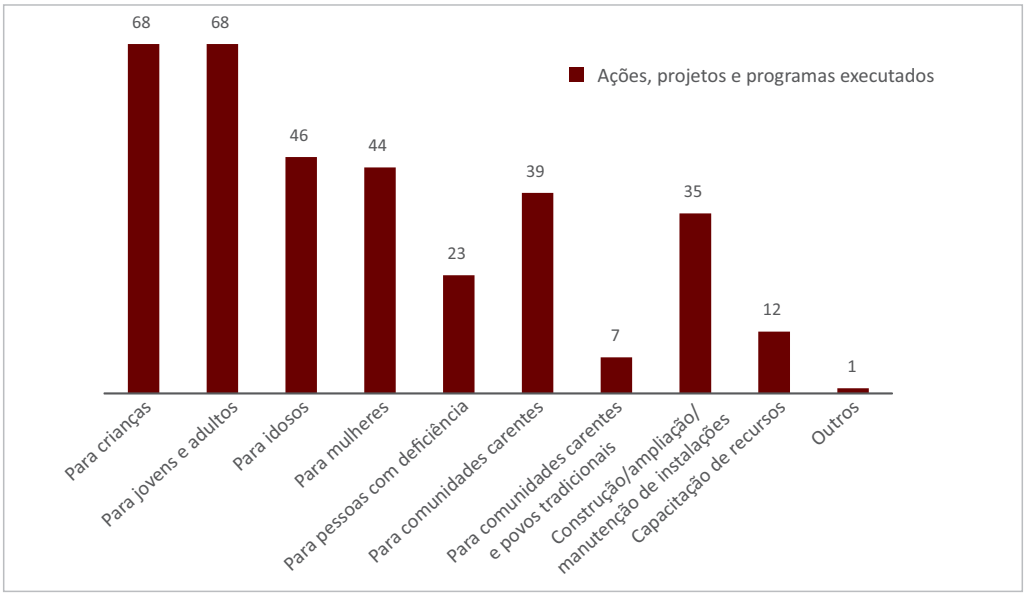
Fonte: Munic 2016, IBGE.
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

Gráfico 19
Municípios com Ações, Projetos e Programas na área do Esporte de Lazer, executados pela Prefeitura nos últimos 24 meses (%), Espírito Santo - 2016



Fonte: Munic 2016, IBGE.
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

Gráfico 20
Ações, Projetos e Programas na área do Esporte de Lazer (nº absolutos de municípios), Espírito Santo - 2016

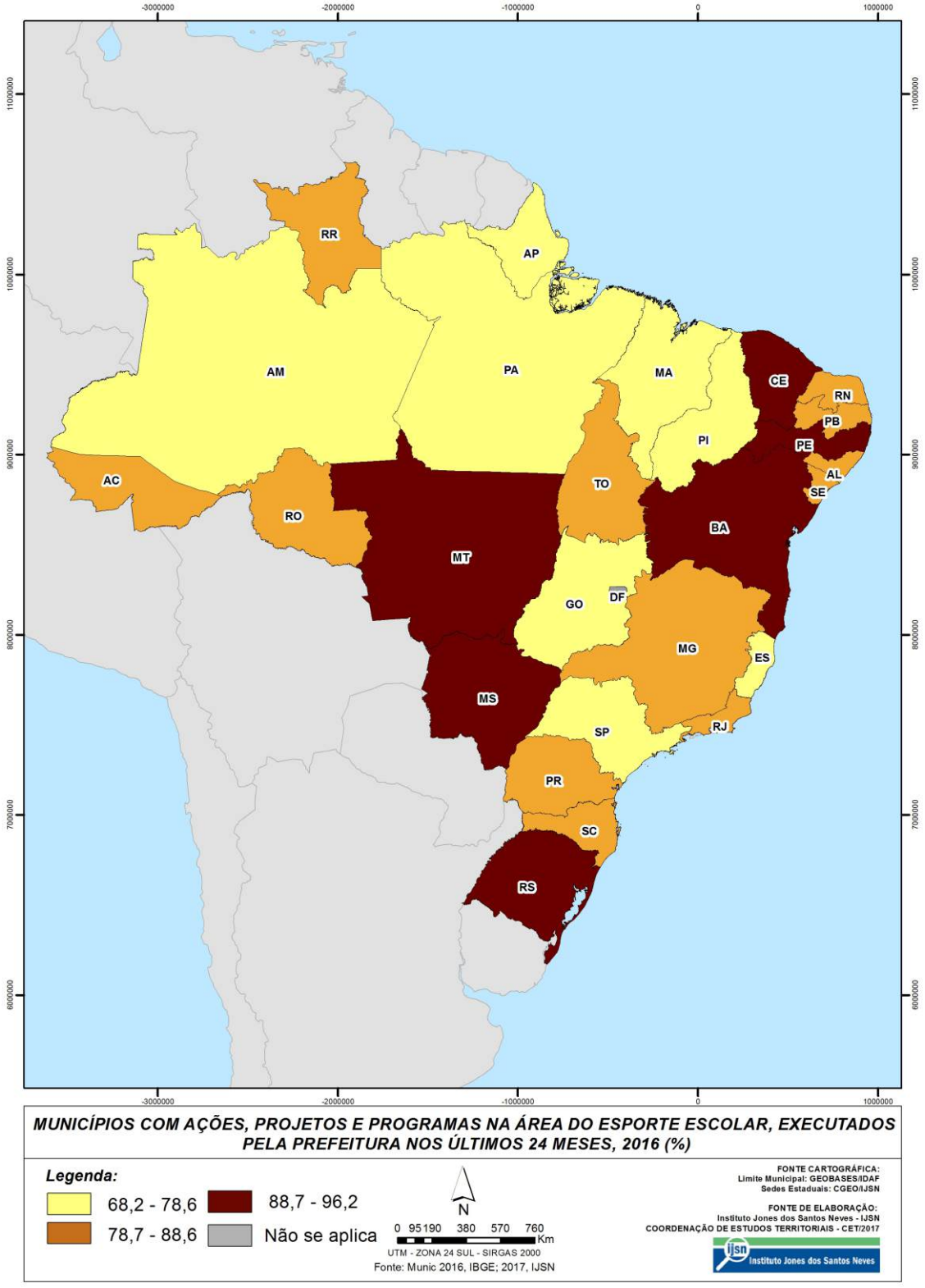


Fonte: Munic 2016, IBGE.
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

No que se refere a municípios com ações, projetos e programas na área do esporte escolar, o Espírito Santo encontra-se no grupo de estados brasileiros com menor percentual, cuja classe varia entre 68,2% e 78,6% (Mapa 10). Por outro lado, quanto a municípios com ações, projetos e programas na área do esporte de lazer, encontra-se na maior classe, com percentuais na faixa de 89,0% a 100% (Mapa 12). Já no tocante ao esporte de rendimento, o estado, assim como todo o Sudeste, encontra-se na segunda menor classe, cuja variação é de 36,5% a 57,4% (Mapa 11). De modo geral, na maioria dos estados brasileiros o percentual de municípios com ações, projetos e programas na área do esporte de rendimento é significativamente menor quando comparado ao esporte escolar e de lazer.

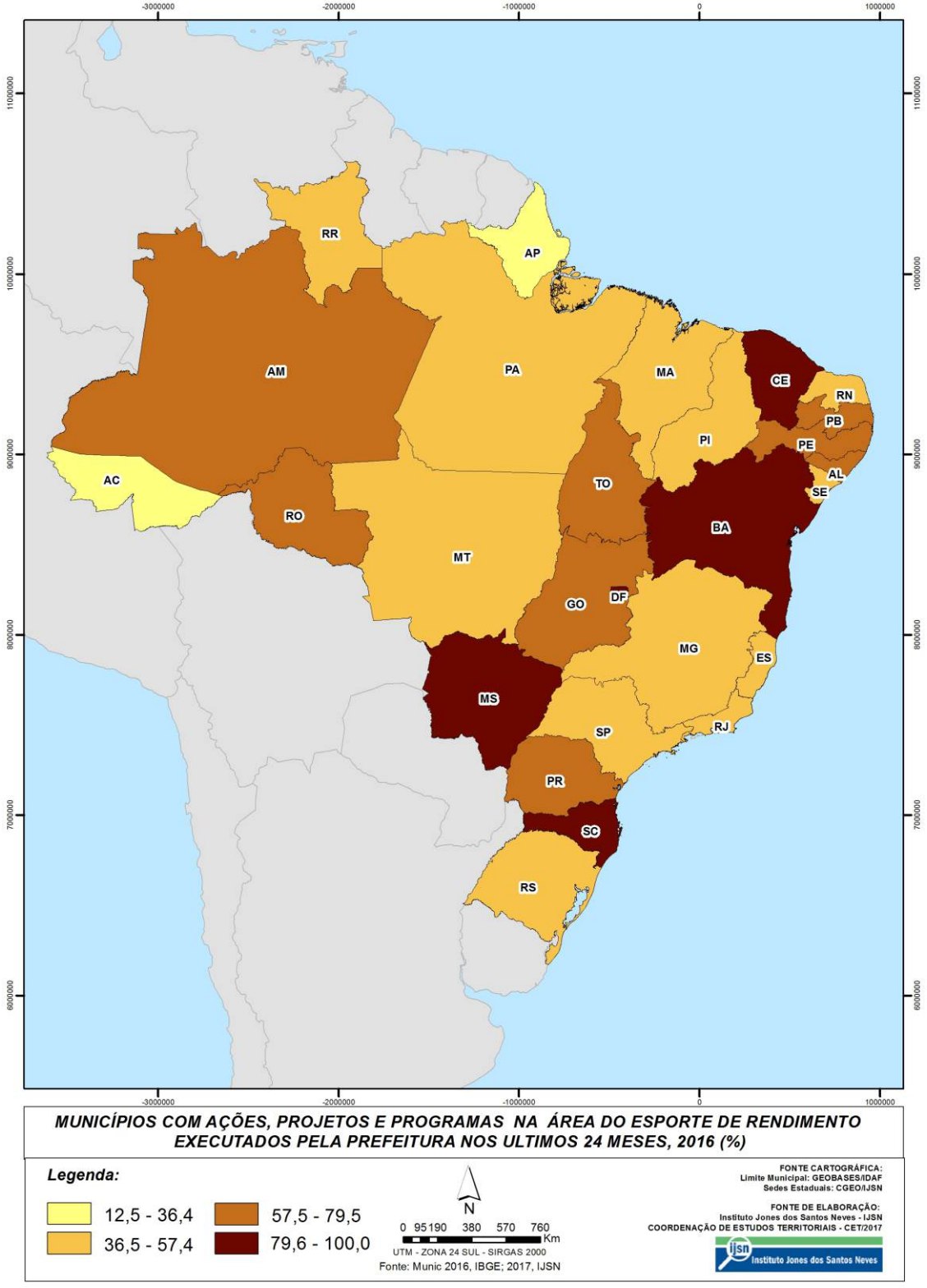
Mapa 10

Municípios com Ações, Projetos e Programas na área de Esporte Escolar, executados pela Prefeitura nos últimos 24 meses - 2016 (%)



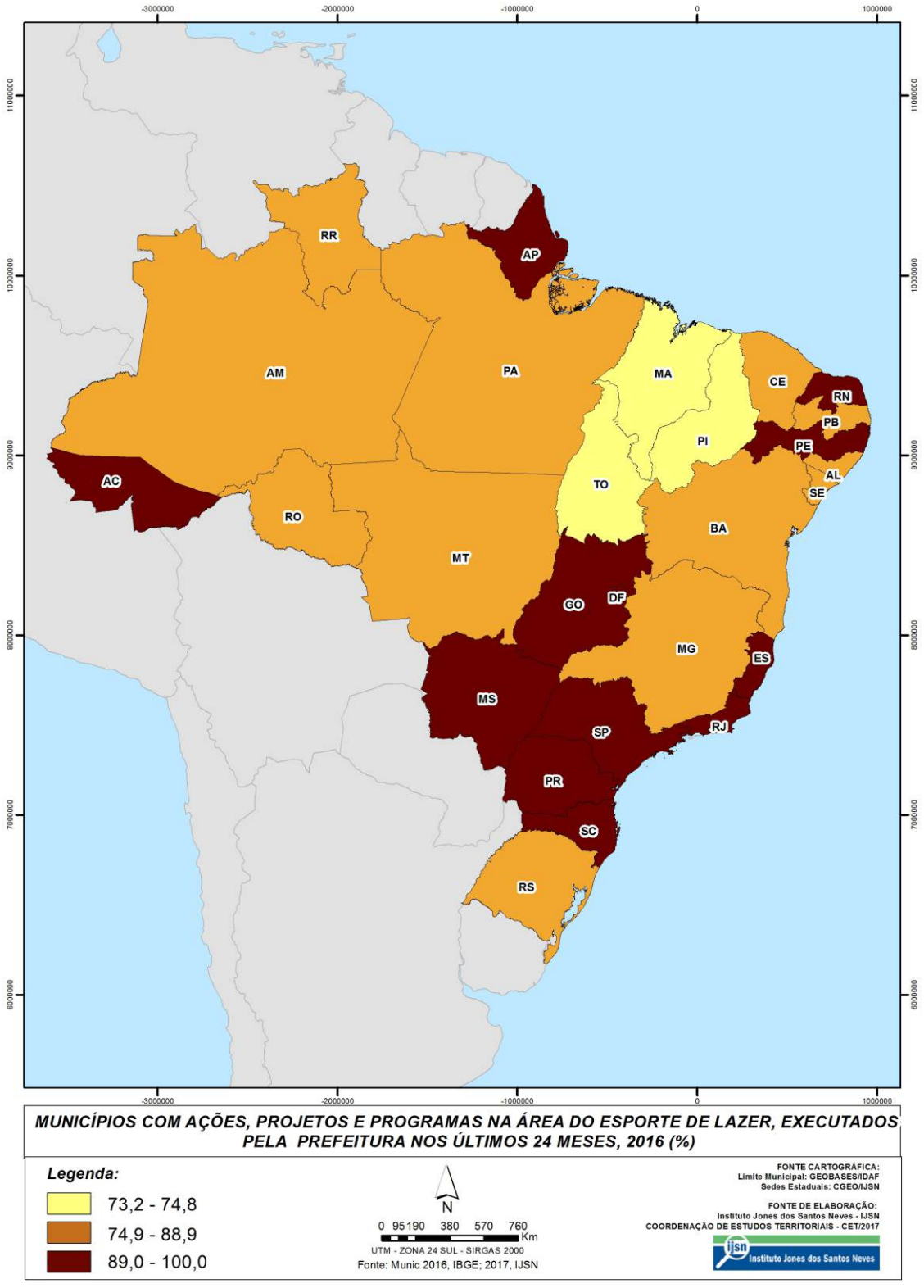
Mapa 11

Municípios com Ações, Projetos e Programas na área de Esporte de Rendimento, executados pela Prefeitura nos últimos 24 meses - 2016 (%)



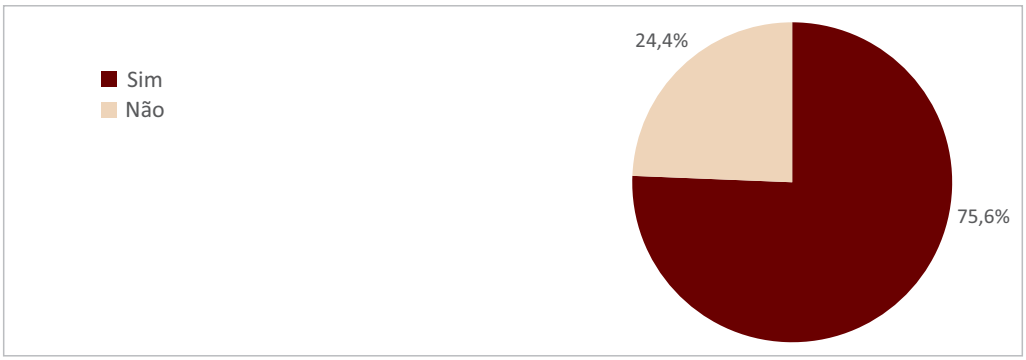
Mapa 12

Municípios com Ações, Projetos e Programas na área de Esporte de Lazer, executados pela Prefeitura nos últimos 24 meses - 2016 (%)



Por fim, municípios capixabas com execução de projetos e programas permanentes de inclusão social através do esporte, nos últimos 24 meses, representam 75,6% do total (Gráfico 21).

Gráfico 21
Municípios com execução de projetos e programas permanentes de inclusão social através do esporte, nos últimos 24 meses (%), Espírito Santo, 2016



Fonte: Munic 2016, IBGE.
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

Instalações Esportivas

5

Esta seção aborda a existência de instalações esportivas municipais no Espírito Santo, e deste em relação aos demais estados brasileiros. Além de instalações esportivas municipais em geral, analisa também dados relacionados especificamente à presença de instalações esportivas em escolas da rede pública municipal, ambas com detalhamento por tipo de instalação.



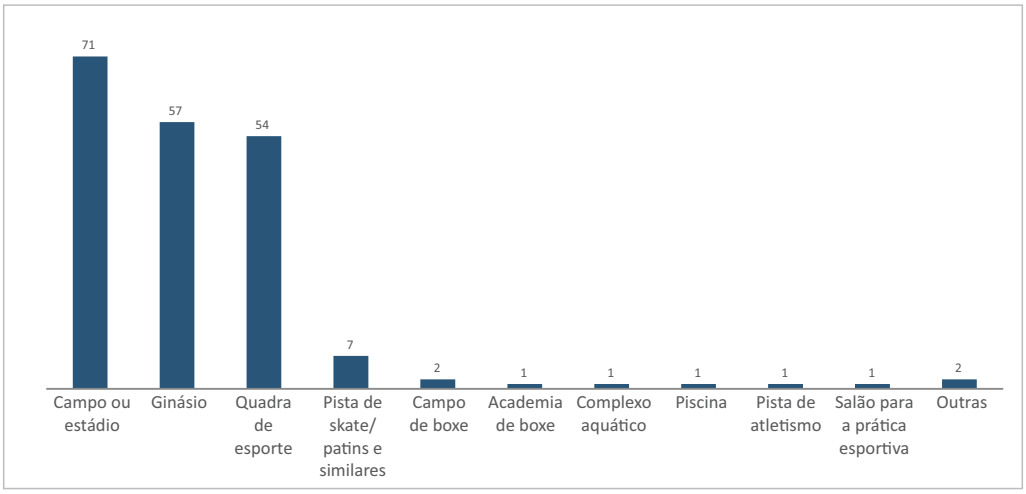
Quase a totalidade dos municípios do Espírito Santo, 97,4%, possuem instalações esportivas municipais (Gráfico 22). Os tipos de instalações mais frequentes, em números absolutos, são: campo ou estádio, presente em 71 municípios; ginásio, em 57; e quadra de esporte, em 54 (Gráfico 23). Para algumas instalações, como piscina, complexo aquático, pista de atletismo, dentre outros, há apenas uma ocorrência no estado. Observa-se no Mapa 13, que no contexto nacional o Espírito Santo está na classe intermediária, mesmo com alto percentual de municípios com instalações esportivas municipais (88,9%-98,2%).

Gráfico 22
Municípios com instalações esportivas municipais (%), Espírito Santo - 2016



Fonte: Munic 2016, IBGE.
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

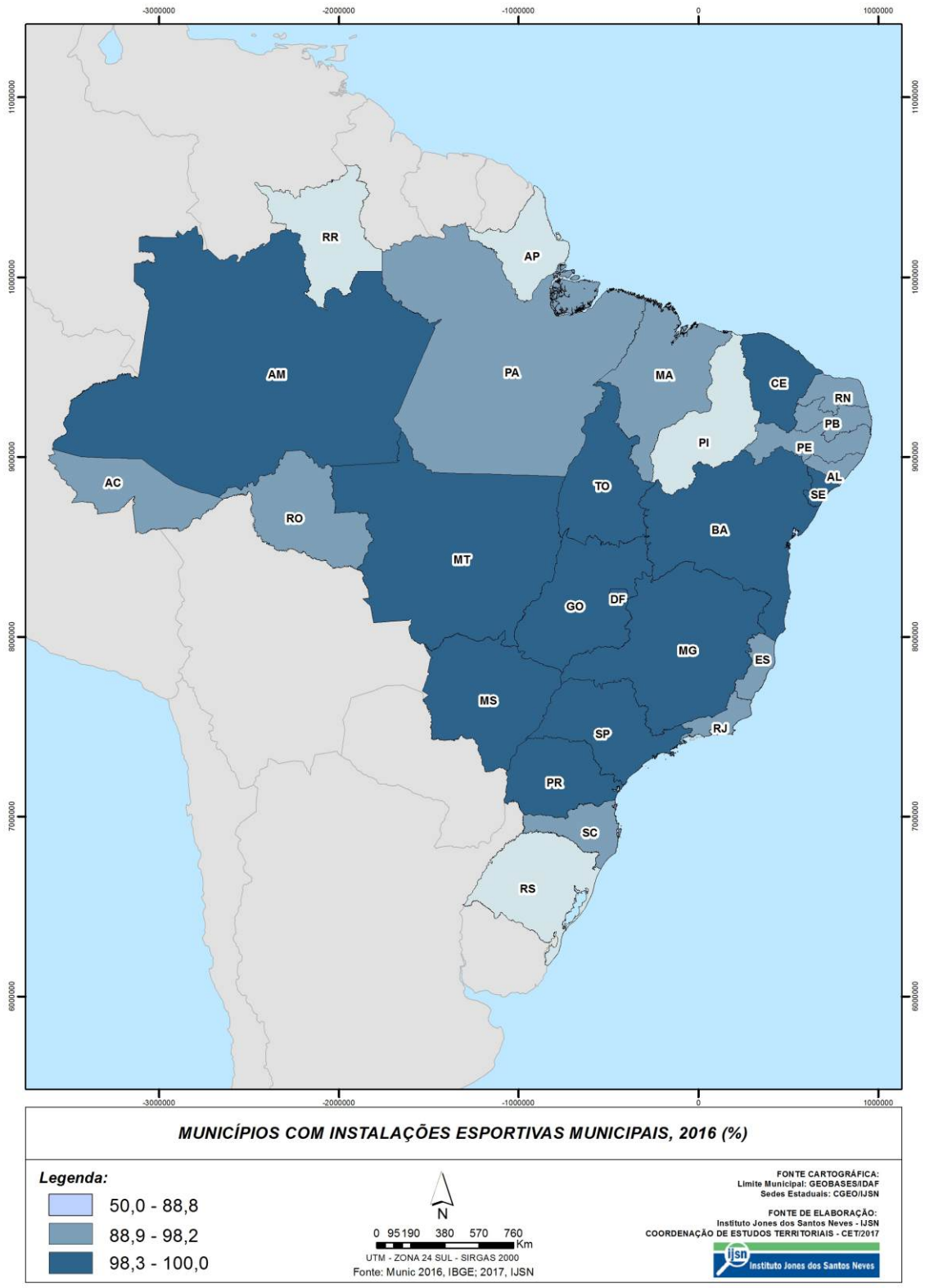
Gráfico 23
Tipos de instalações esportivas municipais (nº absolutos de municípios), Espírito Santo - 2016



Fonte: Munic 2016, IBGE.
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

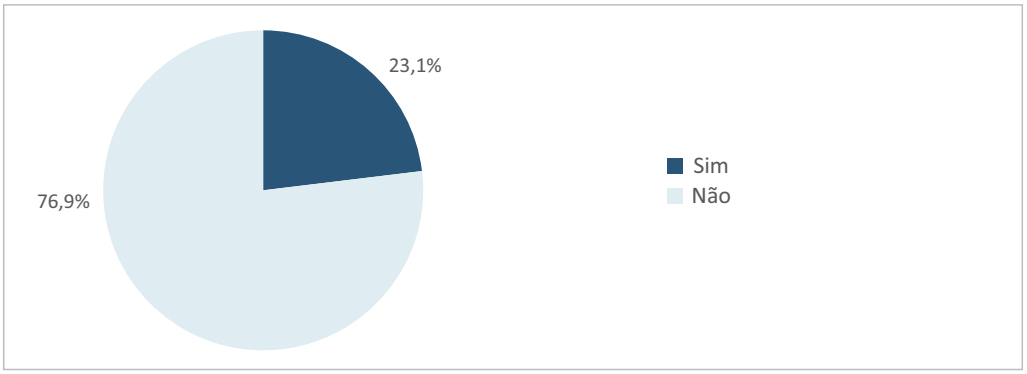
Mapa 13

Municípios com instalações esportivas municipais - 2016 (%)



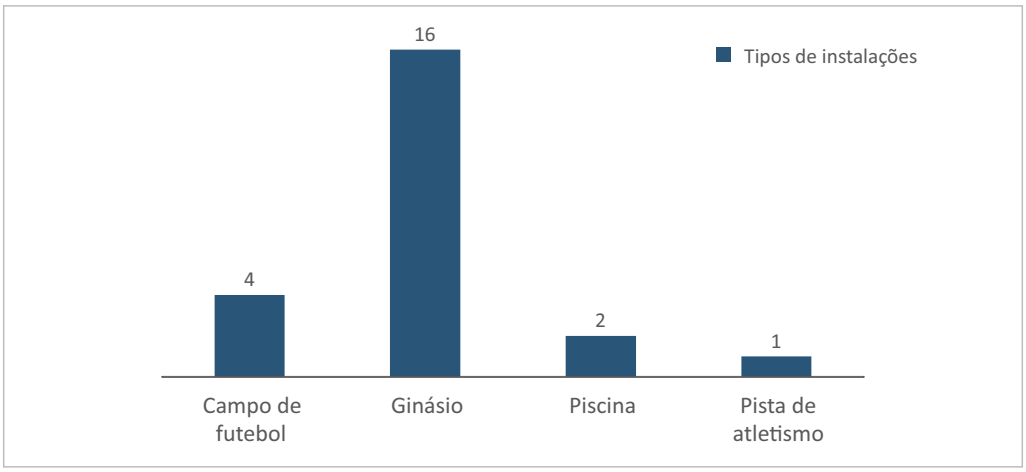
Já com relação a instalações esportivas em escolas da rede pública municipal a situação não é tão satisfatória. Apenas 23,1% dos municípios possuem escolas da rede pública municipal com campo de futebol, ginásio, piscina ou pista de atletismo (Gráfico 24). No entanto, não se trata da pior situação do Brasil, visto que o Espírito Santo se encontra em classe intermediária e apenas cinco estados possuem percentuais superiores (Mapa 14). O tipo de instalação mais frequente nos municípios capixabas é o ginásio, com 16 ocorrências (Gráfico 25).

Gráfico 24
Municípios com escolas da Rede Pública Municipal com campo de futebol, ginásio, piscina ou pista de atletismo (%), Espírito Santo - 2016



Fonte: Munic 2016, IBGE.
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

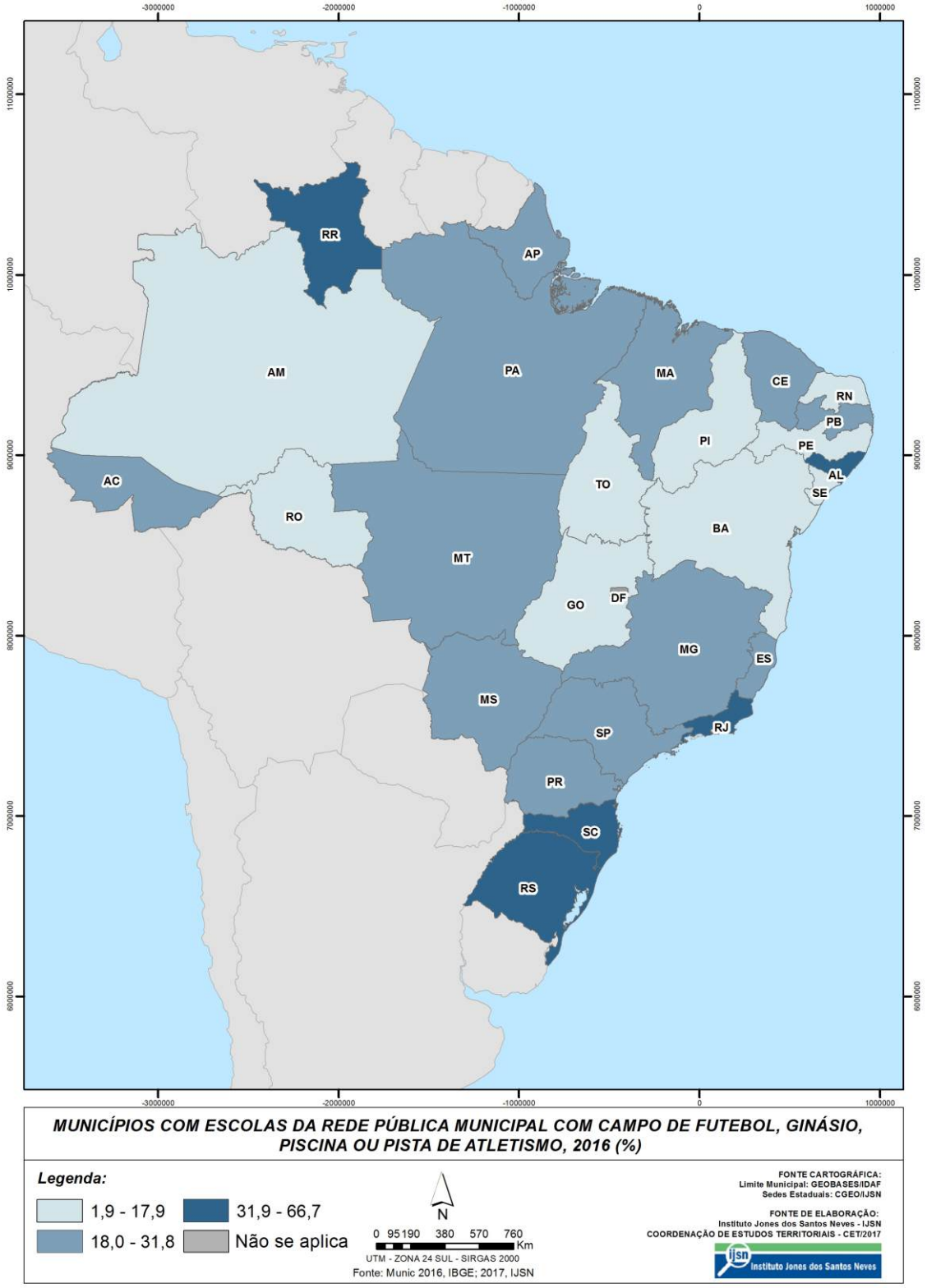
Gráfico 25
Tipos de instalações em escolas da Rede Pública Municipal (nº absolutos de municípios), Espírito Santo - 2016



Fonte: Munic 2016, IBGE.
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

Mapa 14

Municípios com escolas da Rede Pública Municipal com campo de futebol, ginásio, piscina ou pista de atletismo - 2016 (%)



Considerações finais

A análise das informações disponibilizadas pela Munic anualmente possibilita o acompanhamento da evolução dos municípios capixabas quanto à sua estrutura, legislação, dentre outros aspectos das diversas setoriais de governo, tendo como objetivo último contribuir para a melhoria da gestão municipal no estado do Espírito Santo. Como explicita o IBGE, "tais indicadores expressam, de forma clara e objetiva, não só a oferta e a qualidade dos serviços públicos locais como também a capacidade dos gestores municipais em atender às populações" (IBGE, 2017)[10].

Esta edição trouxe informações sobre algumas dimensões do Esporte, estendendo a análise para uma perspectiva comparativa com outros estados brasileiros, buscando trazer um panorama da gestão esportiva municipal no Espírito Santo. Quanto à estrutura de gestão, a situação do estado pode ser considerada favorável, visto que apenas 1 município não dispõe de órgão gestor para a política de esporte, o que retrata, de modo geral, a situação dos estados brasileiros, todos com percentuais acima de 90%. Da mesma forma, a quase totalidade dos municípios capixabas dispõem de legislação que trate do esporte. Por outro lado, a situação não é tão favorável quando se trata de instrumentos de gestão e participação. A maioria dos municípios do Espírito Santo não possuem Conselho nem Fundo Municipal de Esporte. Contudo, não retrata a pior situação encontrada entre os estados brasileiros.

O percentual de estatutários ocupados na área do esporte nos governos municipais capixabas quase que se equivale ao percentual de comissionados. Em relação aos demais estados, o Espírito Santo está na classe de menor participação percentual de comissionados ocupados na área do esporte. A maioria dos municípios capixabas desenvolveram ações, projetos e programas na área do esporte nos últimos 24 meses através de convênios e/ou parcerias, no entanto, são poucos os que contam com legislação específica que trate do tema. As ações, projetos e programas executados pelas prefeituras é significativamente maior no esporte escolar e de lazer em relação ao esporte de rendimento, o que espelha o Brasil de modo geral. Enquanto que apenas

[10] Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/protecao-social/10586-pesquisa-de-informacoes-basicas-municipais.html. Acesso em: 27 de novembro de 2017.

dois municípios do estado não possuem instalações esportivas municipais, 60 não possuem escolas da Rede Pública Municipal com campo de futebol, ginásio, piscina ou pista de atletismo.

Em geral, considerando o contexto nacional, a situação do Espírito Santo quanto à gestão municipal na área do Esporte pode ser considerada favorável na maioria dos aspectos analisados. Ao enfocar as temáticas relativas ao esporte, a pesquisa lança luz sobre a necessidade da gestão das informações sobre o tema em questão, contribuindo, assim, para elaboração, aprimoramento e monitoramento das políticas correlatas.



Instituto Jones dos Santos Neves

www.ijsn.es.gov.br

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria de Economia e Planejamento

